



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

CAMPUS DE LARANJEIRAS

DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA

IZABELLA CRISTINA MELO DE GOIS

DA BRUXA BOA A INVEJA BRANCA: UMA ANÁLISE DA
ARQUEOLOGIA DE CONTRATO EM SERGIPE

LARANJEIRAS

2016

IZABELLA CRISTINA MELO DE GOIS

**DA BRUXA BOA A INVEJA BRANCA: UMA ANÁLISE DA
ARQUEOLOGIA DE CONTRATO EM SERGIPE**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
APRESENTADO COMO REQUISITO PARA CONCLUSÃO
DO CURSO DE BACHARELADO EM ARQUEOLOGIA NO
DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

ORIENTADOR: PROFESSOR DOUTOR JENILTON
FERREIRA SANTOS

LARANJEIRAS

2016

Agradecimentos

E quem diria que nove anos e meio depois estaria eu aqui terminando (finalmente) o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) no curso de arqueologia. A arqueologia inicialmente era uma paixão que passou a uma desilusão, depois decidi reascender a paixão e eis que estamos a nos conhecer melhor e estou a gostar dessa experiência.

Antes de tudo, quero e devo agradecer a minha mãe que me proporcionou essa oportunidade de hoje está aqui escrevendo esses agradecimentos e também aos meus tios, especialmente Hélio e Humberto que sempre estão em contato direto comigo sempre me apoiando no que é possível. Gratidão Mãe!

Agradecer a Deus por tudo que ele me proporciona para que eu amadureça espiritualmente sempre mais. Gratidão à vida e a natureza!

Nestes mais de 09 anos conheci muitas e muitas pessoas e acredito que cada uma teve o seu papel no meu amadurecimento como pessoa sejam por meio de críticas, mágoas, choros, felicidades, fofocas, profissionalismos, coleguismos e/ou amizades. E nesses 09 anos na UFS conheci muitas pessoas, mas tentarei lembrar dos que mais marcaram (não que as outras não tenham sido importantes).

Primeiramente, quero agradecer a minha amiga Gysnaya que a conheci na primeira turma de arqueologia da UFS (sim, eu sou da primeira turma e sim sou patrimônio do Campus de Laranjeiras hahahahahahaha). Gysnaya é aquela pessoa que me conheceu adolescente e acompanhou todo o meu processo (e ainda acompanha) de amadurecimento e hoje apesar de termos seguidos caminhos diferentes academicamente e profissionalmente somos amigas e sou muito grata por cada conselho, conversa, risadas, saídas, comidas maravilhosas (ela cozinha muito bem!) e sem esquecer claro das infinitas caronas. Gratidão Gysnaya!

Outra pessoa que foi muito importante nos meus primeiros 04 anos na UFS foi a minha inesquecível amiga Naiana Mendonça. Apesar de estarmos distantes nunca me esqueço de cada momento que vivi dentro e fora da Universidade com a Naiana. Aquela amizade gostosa e boa de viver. Gratidão a minha Teresinense preferida!

E desde quando resolvi voltar de vez a Arqueologia no ano de 2013 a vida me colocou outras pessoas maravilhosas que só tenho a agradecer. Obrigada Raimunda,

Paula, Érica Coroa, família CAJUFS (onde aprendi bastante) em especial a Giuliana, Chico e a Érika. Enfim, são muitas pessoas, perdão por não lembrar de todas. Gratidão a todos!

E claro não podia esquecer o quarteto fantástico maravilhoso que a UFS e a vida me proporcionaram: Clara Reis, Eunice Dantas, Jacqueline Leite e Priscyla Viana. Obrigada por tudo meninas! Por cada briga, conversa, discussão, fofocas, planejamento de viagens, campos arqueológicos, estudos, trabalhos, ensinamentos, enfim sou muito grata por vocês na minha vida e se o destino nos der caminhos diferentes nunca esquecerei o quanto especial vocês são pra mim. Gratidão meninas!

Agradecer também ao meu orientador professor Dr. Jenilton Ferreira, mas conhecido como Ton por toda a paciência do mundo comigo e por nunca ter desistido de me orientar e agradecer pela oportunidade de ter participado do projeto da carta arqueológica de Sergipe- juntamente com a mestra Jacqueline Leite- no qual tive a oportunidade de conhecer muito sobre o fazer arqueológico no estado de Sergipe e entender todos os tramites por trás da arqueologia de contrato. Gratidão Ton!

Agradecer também a toda a equipe do IPHAN, em especial ao arqueólogo André Esteves que sempre que precisei enjoá-lo estava disponível a me ajudar. Gratidão equipe IPHAN!

E por último, mas não menos importante agradecer a todos os professores com quem tive aula na UFS e aos funcionários que fazem o Campus de Laranjeiras funcionar. Gratidão!

IZABELLA CRISTINA MELO DE GOIS

Siga a marcha encetada, acreditando no que quer. Se críticas chegarem aos seus ouvidos sob forma de conselhos, analise os pormenores, procurando tirar vantagem do que lhe servir, mas não deixe de realizar e construir a própria felicidade, em função dos outros. Aprenda a valorizar-se, sem com isso perder a humildade. Acredite em seu potencial. Nada poderá lhe superar, desde que acredite no que quer. Para vencer, basta que confie em você.

Valdemir P. Barbosa

Resumo

A diversidade de opiniões a respeito do fazer arqueológico pela arqueologia de contrato é grande. A arqueologia de contrato é uma realidade no Brasil que se desenvolveu seguindo as dinâmicas do mercado dos estudos das avaliações ambientais. Diversas são as discussões e críticas a respeito da prática de profissionais na arqueologia de contrato devido principalmente ao cronograma de execução bem mais curto do que as pesquisas acadêmicas, como também a ética profissional. Os empreendimentos em sua grande maioria são ligados a obras de grandes impactos como à instalação de Parques Eólicos, Gasodutos, Obras de Esgotamento Sanitário, Redes de água e Linhas de Transmissão de Energia Elétrica. Esses empreendimentos são regulamentados por leis de licenciamento ambientais, como também leis, portarias e normativas do IPHAN. Na avaliação ambiental também se faz estudos arqueológicos, que devem cumprir todas as exigências do órgão fiscalizador (IPHAN). Assim, esse trabalho buscou realizar uma análise da produção do conhecimento arqueológico dos relatórios finais provenientes de pesquisas arqueológicas do contrato e da academia que foram entregues a superintendência do IPHAN Sergipe entre os anos de 1999 a 2015 com o intuito de observar se o mínimo que é exigido pela portaria IPHAN nº07 de 1988 e a portaria IPHAN nº230 de 2002 foi atendido, como também se realizou um análise sobre a nova instrução normativa IPHAN (IN) de 2015. Assim, esse trabalho buscou entender quais os problemas reais existentes com a arqueologia de contrato e as suas consequências para o patrimônio cultural e arqueológico no Estado de Sergipe.

Palavras-chave: Arqueologia de contrato. Avaliação ambiental. Sergipe. IPHAN.

Abstract

The diversity of opinions about the way that archaeology is done in the contract archaeology is big. The archeology of contract is a reality in Brazil that has developed following the dynamics of the market of the studies of the environmental evaluations. The discussions and criticism about the practical of professionals in the contract archaeology are diverse due to, mainly, the execution chronogram be shorter than academic researches, as well as professional ethic. The majority of the enterprises is linked to constructions of big impacts such as Wind Farms, Gas Pipelines, Constructions of Sanitary Exhaustion, Water Systems and Transmission Lines of Electricity. These enterprises are regulated by laws of environmental licensing, as too by specifics norms of IPHAN. Also, in the environmental evaluation is done archaeological studies, which must comply all requirements of the inspection institution (IPHAN). So, this work sought to perform an analysis of the production of archaeological knowledge of the final reports from archaeological surveys of the contract and the academy that were delivered to the oversight of IPHAN Sergipe between the years of 1999 to 2015 in order to observe if the minimum that is Required by the IPHAN n° 07 of 1988 and the IPHAN n°. 230 of 2002 was met, as well as an analysis was made of the new IPHAN (IN) normative instruction of 2015. Thus, this work sought to understand what real problems exist with the archeology of Contract and its consequences for the cultural and archaeological heritage in the State of Sergipe.

Key-words: Contract Archaeology. Environmental Evaluation. Sergipe. IPHAN.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	12
1 O NASCIMENTO DA BRUXA BOA: ARQUEOLOGIA DE CONTRATO NO BRASIL.....	15
1.1 A BRUXA EM TERRAS DE SERIGY.....	20
2 RECEITAS DO SEU IVAN PARA UM FEITIÇO PERFEITO: NORMATIVA IPHAN.....	22
2.1 INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº01 DE 2015.....	25
3 O FEITIÇO CONTRA O FEITICEIRO: ARQUEOLOGIA DE CONTRATO EM SERGIPE.....	29
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS: BRUXAS SÃO BRUXAS: ASSUMAMOS NOSSAS MAZELAS.....	46
REFERÊNCIAS.....	52
APÊNDICE A	54
APÊNDICE B.....	62

LISTA DE FLUXOGRAMA

FLUXOGRAMA 01 – ENVOLVIDOS NO TRAMITE DO LICENCIAMENTO ARQUEOLÓGICO.....	24
FLUXOGRAMA 02 – PROCESSO DE LICENCIAMENTO ARQUEOLÓGICO SEGUINDO OS TRAMITES DA INSTRUÇÃO NORMATIVA.....	27

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01 – PROCESSOS IPHAN DE 1999 A 2015.....	30
GRÁFICO 02 – QUANTIDADE DE PORTARIAS DEFERIDAS POR ANO.....	31
GRÁFICO 03 – PORTARIAS ANTES E DEPOIS DA EXISTÊNCIA DO CURSO DE ARQUEOLOGIA BACHARELADO NA UFS.....	32
GRÁFICO 04 – DESTINO DE ARTEFATOS RESGATADOS.....	34
GRÁFICO 05 – TIPOS DE EMPREENDIMENTOS.....	36
GRÁFICO 06 – PORCENTAGEM DE TRABALHOS POR MUNICÍPIOS.....	38
GRÁFICO 07 – PROJETOS COM CADASTRO DE SÍTIOS.....	39
GRÁFICO 08 – QUANTIDADE DE SÍTIOS CADASTRADOS E QUANTIDADE DE SÍTIOS NA ADA.....	40
GRÁFICO 09 – PORCENTAGEM DOS TIPOS DE SÍTIOS.....	40
GRÁFICO 10 – PORCENTAGEM DE SÍTIOS CADASTRADOS POR TRABALHOS ACADÊMICOS E DE CONTRATO.....	41
GRÁFICO 11 – NÚMERO DE TRABALHOS QUE NÃO CONSTAM EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.....	43
GRÁFICO 12 – QUANTIDADE DE TRABALHOS PUBLICADOS.....	45

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 – QUANTIDADE DE PORTARIAS DEFERIDAS POR PROFISSIONAL E O VÍNCULO DO PROFISSIONAL NA ÉPOCA DAS PESQUISAS.....	33
TABELA 02 – QUANTIDADE DE PROJETOS NAS INSTITUIÇÕES DE ENDOSSO.....	35
TABELA 03 – QUANTIDADE DE EMPREENDIMENTOS POR EMPRESA.....	36

Introdução

A arqueologia é uma ciência que constrói e resgata identidades, memórias e patrimônios através da cultura material deixada pelos homínidos. Os profissionais da arqueologia são agentes de extrema importância nessa construção e resgate, antes de tudo o arqueólogo deve ser político, observador, produtor, crítico para saber determinar as direções que essa ciência necessita. O grau de desenvolvimento da arqueologia num país depende diretamente da situação social e política, pois são fatores determinantes no condicionamento das pesquisas e nos seus recursos econômicos. “A arqueologia e seu pensamento se desenvolvem de acordo com o contexto histórico que é encontrado (e construído) pelos pesquisadores no exercício da profissão, que por sua vez, é condicionada pelas leis do mercado e assim por diante (MONTICELLI, 2010, p.36).”

Na atualidade, a chamada arqueologia de contrato ganhou bastante evidência pelo grande número de pesquisas realizadas anualmente, superando em número de portarias, publicadas em diário oficial da União, as pesquisas de cunho acadêmico. Tal fato deve-se à exigências legais que visam à proteção do patrimônio cultural e ambiental. Esse tipo de trabalho gera grandes conflitos entre os profissionais acadêmicos e os profissionais do contrato, pois aqueles alegam que não existe ética profissional desses, como também todo o patrimônio arqueológico e cultural correm risco devido a esse tipo de trabalho. E esses alegam que se não fosse a arqueologia de contrato no país, muitas regiões estariam inexploradas e uma grande quantidade de sítios arqueológicos sequer seriam conhecidos pela comunidade acadêmica.

As grandes obras no Brasil começaram no século XIX, mas foi no século XX que foram intensificadas com construções de rodovias, aeroportos, hidrelétricas. Os estudos de impacto ambiental norteados legalmente começaram apenas na década de 80 com a Lei nº 6.938 e, em consequência, os estudos arqueológicos de contrato aceleram em todo o país. A arqueologia de contrato se desenvolveu seguindo as dinâmicas do mercado dos estudos de licenciamento ambiental. Nesse sentido, um dos aspectos que a caracteriza é o seu cronograma de execução, bem mais curto do que a arqueologia acadêmica esta acostumada a trabalhar. Certamente essa é uma das críticas mais recorrentes feitas a arqueologia de contrato. O fator tempo é também apontado como responsável pelos poucos resultados

obtidos que muitas vezes são incompletos e não geram publicações e/ou artigos científicos para divulgação de tais resultados.

No decorrer da minha vivência universitária, este discurso de crítica ao trabalho da arqueologia de contrato foi algo recorrente. Em sala de aula e mesmo nos corredores, por meio de colegas, que quase sempre reproduziam o discurso ouvido pelos docentes e mesmo em raras publicações que tratavam sobre a temática, a síntese que eu fazia era sempre a mesma: a arqueologia de contrato é um problema. Mas afinal, onde estaria a causa desse problema? Não seriam os profissionais que atuam nesse mercado frutos da mesma academia? Seria a falta do desenvolvimento de um arcabouço teórico-metodológico específico para a arqueologia de contrato? Perpassaria pela questão da ética profissional? Além de tais indagações, o próprio desenvolvimento da arqueologia no Brasil me levava a mais questionamentos: por que sendo a arqueologia de contrato o motivo da abertura de vários cursos de graduação no país com o objetivo de sanar o problema da mão e obra, possui esse status marginalizado por parte da comunidade acadêmica? Não seria a mesma a grande responsável pela divulgação da disciplina no país?

Foi partindo dessas indagações que se decidiu traçar como objetivo de pesquisa realizar uma análise da produção do conhecimento arqueológico no âmbito da arqueologia de contrato no estado de Sergipe, norteado como balizador de qualidade, os cumprimentos das exigências oficiais, contidas nas portarias IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) nº 07 de 1988 e nº 230 de 2002.

A análise foi realizada por meio dos relatórios finais de pesquisa existente na superintendência do IPHAN Sergipe. Especificamente pretendia-se obter informações de como se comporta o fazer arqueológico na arqueologia de contrato partindo da sua própria produção. Entender suas problemáticas e, sobretudo identificar sua contribuição para a preservação do patrimônio cultural e consequente construção do conhecimento no estado de Sergipe.

Iniciamos o levantamento bibliográfico a respeito da arqueologia de contrato no país para entender a sua trajetória até a atualidade, comparando as diferentes opiniões entre profissionais acadêmicos e profissionais do contrato. Para a coleta e trato dos dados utilizamos como metodologia a construção de um banco de dados pautado nas portarias IPHAN nº 07 de 1988 e nº 230 de 2002. Esse banco de dados foi preenchido a partir das leituras dos relatórios finais referentes a pesquisas realizadas até o ano de 2015 da planilha

cedida pelo IPHAN de Sergipe. Procuramos entender questões abordadas por diversos profissionais das ciências arqueológicas como a ética profissional no exercício da arqueologia de contrato, o poder dos empreendedores, o papel do IPHAN como autarquia fiscalizadora, a produção científica pós-projetos, entre outros.

Assim, este trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro aborda as legislações referentes às avaliações ambientais e proteção do patrimônio cultural e ambiental e um breve histórico da arqueologia de contrato no Brasil e em Sergipe. O segundo apresenta as legislações e portarias do IPHAN, como também apresenta à nova Instrução Normativa do IPHAN abordando pontos positivos e negativos em comparação as portarias não mais vigentes. O terceiro capítulo apresenta todos os resultados obtidos com a construção do banco de dados que geraram gráficos e tabelas para melhor entendimento e discussão dos relatórios finais referentes aos processos da superintendência do IPHAN em Sergipe. E por último nossas considerações finais, apontando os problemas encontrados durante o nosso percurso de pesquisa, assim como sugestões que julgamos necessárias para sanar os percalços encontrados nos relatórios técnicos entregues ao IPHAN.

1 O nascimento da bruxa boa: Arqueologia de contrato no Brasil ¹

Na década de 1920 foram esboçadas as primeiras ideias para a criação de uma lei específica para a proteção do patrimônio. A Constituição Federal Brasileira de 1937 traz em seu Artigo 134 uma preocupação com o patrimônio cultural e ambiental deixando claro que a União, Estados e Municípios devem protegê-los. Assim, o arcabouço legal para a proteção do patrimônio arqueológico brasileiro foi estabelecido a partir de 1937 com o Decreto Lei nº 25 que dispõe sobre a organização e a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional (BRASIL, 1937). Nessa mesma década o Brasil passava por um processo de industrialização muito forte devido à expansão da economia cafeeira e com isso as obras de engenharia tiveram grande expansão com construções de grandes empreendimentos como rodovias, hidrelétricas e portos para atender à necessidade de escoamento de produtos e abastecimento de água e energia. No mesmo ano a Lei nº 378 estabeleceu a criação do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) que no ano de 1946 passou a ser DPHAN (Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

No ano de 1961, foi assinada a Lei nº 3.924 do IPHAN que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos, estabelecendo a proteção dos sítios arqueológicos até então conhecidos e proibindo “em todo o território nacional o aproveitamento econômico, a destruição ou mutilação, para qualquer fim, das jazidas arqueológicas ou pré-históricas conhecidas como sambaquis, casqueiros, concheiros, birbigueiras, ou sernambis” sem antes serem devidamente pesquisados (BRASIL, 1961). A referida lei foi o primeiro passo na tentativa de proteção do patrimônio arqueológico brasileiro, assim como estabeleceu os primeiros critérios, por parte do IPHAN, para a salvaguarda e pesquisa arqueológica. Definindo ainda a necessidade e os critérios para a pesquisa arqueológica realizada por particulares, categoria onde se inseriu posteriormente a chamada arqueologia de contrato. Destaca-se que essa lei atualmente ainda é a principal lei federal específica de proteção do patrimônio arqueológico brasileiro.

Em 1981 a Lei nº 6.938 instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente, objetivando “a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida” (BRASIL,

¹ A arqueologia de contrato é vista como a bruxa da ciência arqueológica no Brasil, pois o que mais existe em cima dessa são críticas quanto ao seu fazer arqueológico.

1981). Nela encontra-se a criação do CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) como órgão integrado ao SISNAMA (Sistema Nacional do Meio Ambiente), com o objetivo de estabelecer normas e critérios para o licenciamento de atividades poluidoras. No ano de 1986 a Resolução CONAMA nº 001 estabeleceu as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para o uso e implementação da Avaliação Ambiental. Essa avaliação exige a elaboração de EIA/RIMA (Estudo de Impacto Ambiental e seu Respectivo Relatório de Impacto Ambiental) abrangendo estudos de impacto ambiental para o meio físico, biológico e socioeconômico (onde se destacam os sítios e os monumentos arqueológicos), logo a pesquisa arqueológica passou a ser parte integrante dos estudos de EIA/RIMA no Brasil. Mais tarde, no ano de 1997 a Resolução CONAMA nº 237 revisou e complementou a Resolução já citada. Assim sendo, essa Resolução Conama nº 001/86 tornou frequente a participação do arqueólogo em projetos de avaliação ambiental, como também a arqueologia de contrato fortaleceu-se, quando comparada ao que ocorria anteriormente (CALDARELLI e SANTOS, 2000, p.55).

Tendo em vista que o patrimônio cultural integra o conceito amplo de meio ambiente, todos os impactos sobre os bens culturais materiais (tais como cavernas, sítios arqueológicos e paleontológicos, prédios históricos, conjuntos urbanos, monumentos paisagísticos e geológicos) e imateriais (tais como os modos de viver, de fazer e se expressar com tradições, os lugares e referenciais de memória) passaram a ser devidamente avaliados para se averiguar a viabilidade do empreendimento e para se propor as correspondentes medidas mitigadoras e compensatórias (MIRANDA, 2009, p.01).

Com o objetivo de regulamentar todo o processo de comunicação entre as pesquisas arqueológicas e o órgão regulamentador (IPHAN), foi expedida a portaria nº 007 de 1988 do IPHAN para ter-se um controle de todos os projetos existentes no país, como também para garantir a proteção e guarda dos objetos encontrados nessas pesquisas (BRASIL, 1988).

Considerando os aspectos dos empreendimentos e seus impactos, destaca-se o Decreto nº 95.733 de 1988 que “dispõe sobre a inclusão, nos orçamentos dos projetos e obras federais, de recursos destinados a prevenir ou corrigir os prejuízos de natureza ambiental, cultural e social decorrente da execução desses projetos e obras”, no qual quando identificados os efeitos negativos deverá ser incluído nos orçamentos desses empreendimentos um percentual de no mínimo 1% para a prevenção e correção desses impactos de natureza ambiental, cultural e social (BRASIL, 1988).

Dessa maneira, destaca-se a importância da avaliação ambiental vinculando todos os requisitos exigidos por lei, portanto é de acordo com o tipo de empreendimento e os seus respectivos impactos que se é planejado as metodologias a serem aplicada nas pesquisas arqueológicas e conseqüentemente os seus resultados (MONTICELLI, 2010, p.20).

A Constituição Federal de 1988 aborda a proteção do patrimônio cultural em seu artigo 23 onde estabelece competências comuns da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios “III – proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos”. Em seu artigo 30 define que cabe aos Municípios “IX – promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual”. Além desses artigos também se encontra preocupação quanto ao patrimônio e sua preservação nos artigos 20, 24, 215 e 216 (BRASIL, 1988).

A arqueologia de contrato já era presente no Brasil desde a década de 60 em obras de grande impacto - principalmente hidrelétricas. Essas pesquisas eram realizadas por profissionais ligados as Universidades, mas mesmo assim sua prática ainda era mínima se comparado aos projetos acadêmicos. Segundo Caldarelli e Santos (2000, p. 56) “a exemplo de outros países, a arqueologia de contrato no Brasil teve suas origens na arqueologia de salvamento”. Assim, percebe-se que o crescimento da arqueologia de contrato se deu logo após a Resolução CONAMA nº001 impulsionada pela avaliação ambiental no Brasil. Com isso as etapas da arqueologia de contrato vincularam-se as etapas de licenciamento ambiental: Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO).

Com a Resolução CONAMA nº001/86 as pesquisas arqueológicas foram inseridas legalmente nas avaliações ambientais, logo o IPHAN, como órgão gestor do patrimônio arqueológico, passou a ter um papel mais significativo nessa nova fase da arqueologia no país. Para isso o órgão precisou adequar a legislação para orientar e facilitar o processo dessas pesquisas, como também para assegurar uma melhor fiscalização e gestão do patrimônio arqueológico brasileiro. Assim sendo, a Portaria IPHAN nº230 de 2002 foi expedida para normatizar a metodologia desses estudos de impactos arqueológicos nas avaliações ambientais. Com isso a arqueologia de contrato cresceu em larga escala no país contemplando áreas nunca antes estudadas e dando oportunidades a vários profissionais da área que contribuem para o crescimento da ciência arqueológica.

Com o crescimento econômico a partir dos anos 2000 e a criação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) no ano de 2007, que teve como objetivo efetivar grandes obras por todo o país, a arqueologia de contrato esteve trabalhando conjuntamente nestes empreendimentos para garantir a preservação e o resgate do patrimônio cultural brasileiro, afinal os impactos eram inevitáveis, pois as obras estavam sendo executadas, logo os arqueólogos autônomos e empresas fizeram esse serviço. Sabe-se que esse serviço seguiu e segue até hoje uma realidade capitalista onde a ideia de crescimento fala mais alto que tudo, mas se não fossem esses profissionais sejam autônomos ou contratados muito teria se perdido (MONTICELLI, 2010, p.208).

Apesar da inegável contribuição da arqueologia de contrato no fazer arqueológico brasileiro, existe um debate na ciência arqueológica a respeito desse tipo de arqueologia praticado e a sua credibilidade. Problemas e fragilidades na sua produção levam a várias reflexões sobre os critérios estabelecidos pelo IPHAN a respeito das práticas profissionais e os resultados de pesquisas. A academia critica a qualidade dessa prática da arqueologia alegando que os trabalhos atendem apenas a demanda de mercado ficando de lado na maioria das vezes a ética profissional. “Se não somos inocentes, conscientes ou não, temos que reconhecer que nossos estudos estão servindo a interesses e por isso estamos sendo coniventes, compactuando com os objetivos e resultados dos projetos desenvolvimentistas” (MONTICELLI, 2010, p.208).

Sabe-se que a arqueologia acadêmica trabalha com um cronograma diferenciado, estudando e produzindo conhecimento a partir dos diversos vestígios encontrados em suas atividades em campo e laboratório, como também gerando novas teorias e questionamentos científicos. Já a arqueologia de contrato trabalha com as demandas geradas por licenciamentos, cumprem cronogramas fechados e tem como objetivo principal o resgate ou salvamento na área diretamente afetada dos patrimônios que estão em risco devido aos empreendimentos e que se não forem resgatados serão perdidos. Infelizmente, na maioria das vezes as questões científicas e éticas são deixadas de lado e conseqüentemente afetam a qualidade dos relatórios, sendo apenas mais um arquivo nas estantes do IPHAN.

Um contrassenso existente é o fato de que, na maioria dos casos, os vestígios resgatados estão localizados em instituições de guarda e pesquisa pertencentes à arqueologia acadêmica. Desta forma a academia está indiretamente implicada com a arqueologia de contrato. Esses acervos arqueológicos podem e devem produzir conhecimentos científicos,

para isso as instituições devem incentivar o trabalho desses materiais que estão em acervos, como também o IPHAN deve cobrar uma produção proveniente desses projetos, afinal todo o material é bem da União – comunidade em geral e científica – possuem o direito ao acesso dos resultados provenientes de tais pesquisas.

Que o mercado de trabalho acaba a ditar as normas da arqueologia de contrato não deixa de ser verdade, afinal o profissional precisa atender aos cronogramas dos empreendimentos, prazos, orçamentos, empreendedores, órgãos fiscalizadores entre outros, mas também deixa de ser verdade que é impossível realizar um trabalho de contrato sem qualidade e sem atender as normas vigentes. Para a realização de um trabalho eficiente necessita-se primeiramente de uma boa infraestrutura do órgão regulador (IPHAN), para atender a demanda do mercado com gestão e fiscalização de qualidades e eficazes; uma interação com os órgãos licenciadores para que não aconteçam avaliações e licenciamentos ambientais sem o devido estudo do patrimônio cultural e arqueológico.

Quanto à questão dos cursos formadores de profissionais arqueólogos, um problema a se destacar são as grades curriculares que são elaboradas com a mínima preocupação para o mercado de trabalho e assim graduam-se profissionais com o mínimo de perspectiva para a realidade do país que é a arqueologia de contrato. Pesquisamos as matrizes curriculares das universidades que possuem cursos de graduação em arqueologia bacharelado e constatamos déficits de disciplinas que preparem o profissional para as pesquisas de contrato, apenas a FURG (Universidade Federal do Rio Grande) possui a disciplina optativa arqueologia de contrato, a UFAM (Universidade Federal do Amazonas) possui a disciplina obrigatória arqueologia consultiva e de contrato e a UNIR (Universidade Federal de Rondônia) possui como disciplina obrigatória ética e arqueologia.

Destaca-se também a quantidade de portarias deferidas a arqueologia de contrato por todo o país. Muitos sítios descobertos e resgatados, gerando muita informação, mas que muitas vezes são perdidas ou feitas erroneamente e/ou incompletas devido – na maioria das vezes – aos orçamentos e tempos curtos (tem-se como consequência a perda de conhecimento). Como resolver esse problema? Primeiramente, destaca-se a questão ética do profissional, afinal esse deve lembrar que o seu papel antes de tudo é com a sociedade e com os resultados que produzirão conhecimento. Assinalamos também a fiscalização do IPHAN, pois muitos desses trabalhos são aceitos mesmo estando incompletos e com problemas técnicos. Logo, percebe-se que o problema da arqueologia de contrato vai muito além do

sistema de mercado com cronogramas e poucos orçamentos. A problemática abrange empreendedores, ética profissional e fiscalização por parte dos órgãos competentes.

1.1 A bruxa em terras de Sergipe²

Em Sergipe a bibliografia existente em relação aos estudos arqueológicos já analisados ainda é escassa. Sabe-se que começaram na década de 1960 impulsionados pelos pesquisadores Celso Oliva e o José Augusto Garcez. Na década de 70 a arqueologia começa com as pesquisas do PRONAPA realizadas pelo espanhol Valentin Calderón com uma parceria entre a Universidade Federal de Sergipe (UFS) e a Fundação Estadual da Cultura, logo depois na década de 1980 o professor de antropologia do DCS (Departamento de Ciências Sociais) Fernando Lins de Carvalho implantou um núcleo de pesquisas arqueológicas (NPA) no estado. Já na década de 80 o professor Fernando Lins de Carvalho, Suely Amâncio, Cleonice Vergne, Sônia Vitória, Valdiê Teles se juntam e montam uma equipe de pesquisas arqueológicas em Sergipe. Logo depois realizou-se um convênio entre a UFS (Universidade Federal de Sergipe) e a Fundação de Cultura do Estado de Sergipe para a realização do Projeto de Levantamento e Mapeamento de Sítios Arqueológicos do Estado de Sergipe (PMSAS). Durante a realização desse projeto perceberam a frequência de sítios no município de Canindé do São Francisco e assim, no final da década de 80, criou-se o Projeto de Salvamento Arqueológico de Xingó (PAX) contribuindo com o crescimento da arqueologia em Sergipe, esse projeto teve como objetivo salvar o máximo possível de informações na região que seria inundada pela hidrelétrica de Xingó, isso ocorreu com o convênio entre a CHESF (Companhia Hidrelétrica do São Francisco) e a UFS (NASCIMENTO, 2009).

Esse empreendimento gerou como medida compensatória o MAX (Museu de Arqueologia de Xingó) com fundação em 25 de abril de 2000 que endossou todos os resgates realizados pelo PAX, como também acrescentou informação, cultura, resgate de identidade da comunidade local, integração, desenvolvimento sociocultural da região e proteção ao patrimônio cultural sergipano. Logo, o PAX foi de extrema importância para o estudo da pré-história no Estado, como também foi responsável por acrescentar mais informações sobre a pré-história no nordeste brasileiro. Já no ano de 2007 ocorreu o ingresso da primeira turma no curso de Arqueologia Bacharelado na Universidade Federal de Sergipe, contribuindo mais ainda com o fazer arqueológico sergipano.

² A arqueologia de contrato em Sergipe.

Em Sergipe – apesar da legislação da década de 80 – a arqueologia de contrato é uma realidade recente, somente a pouco o licenciamento ambiental contemplou os estudos de arqueologia. Apesar de existirem pesquisas como o projeto da Usina Hidrelétrica de Xingó e o levantamento e mapeamento de sítios no estado de Sergipe, foi apenas no ano de 2005 que a arqueologia de contrato tornou-se numericamente significativa. Um fator determinante para isso foi o fato da superintendência do IPHAN de Sergipe inserir pela primeira vez em sua equipe técnica no ano de 2005 um arqueólogo. A presença de um técnico especializado é de extrema importância para que o órgão exerça o seu papel de gestão, vistoria e fiscalização das pesquisas arqueológicas no Estado.

2 Receitas do “seu Ivan” para um feitiço perfeito: Normativa IPHAN³

Antes da publicação da Instrução Normativa nº01 de 2015 as legislações vigentes - além da Resolução CONAMA nº001 de 1986 e os princípios da Constituição Federal de 1988 - de proteção ao patrimônio cultural e arqueológico e dentre essas legislações destacavam-se:

- Decreto Lei nº 25 de 1937 “organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional”;
- A Lei nº 3924 de 1961 “dispõe sobre os monumentos arqueológicos e históricos”;
- Portaria IPHAN nº 07 de 1988 “estabelece os procedimentos necessários à comunicação prévia, às permissões e às autorizações para pesquisas e escavações arqueológicas”;
- Decreto Federal nº 3.551 de 2000 “institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro”;
- Lei nº 10.166 de 2000 “dispõe sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terreno de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar”;
- Portaria IPHAN nº 230 de 2002 “estabelece os procedimentos necessários para obtenção de licenças ambientais referentes às pesquisas arqueológicas”;
- Portaria IPHAN nº 28 de 2003 estabelece “que os reservatórios de empreendimentos hidrelétricos de qualquer tamanho ou dimensão dentro do território nacional deverão doravante na solicitação da renovação da licença ambiental de operação prever a execução de projetos de levantamento, prospecção, resgate e salvamento arqueológico da faixa de depleção”;
- Portaria IPHAN nº 299 de 2004 – “cria o plano de preservação de sítio histórico urbano - PPSH”;
- Portaria interministerial nº 419 de 2011 “regulamenta a atuação dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal envolvidos no licenciamento ambiental”;

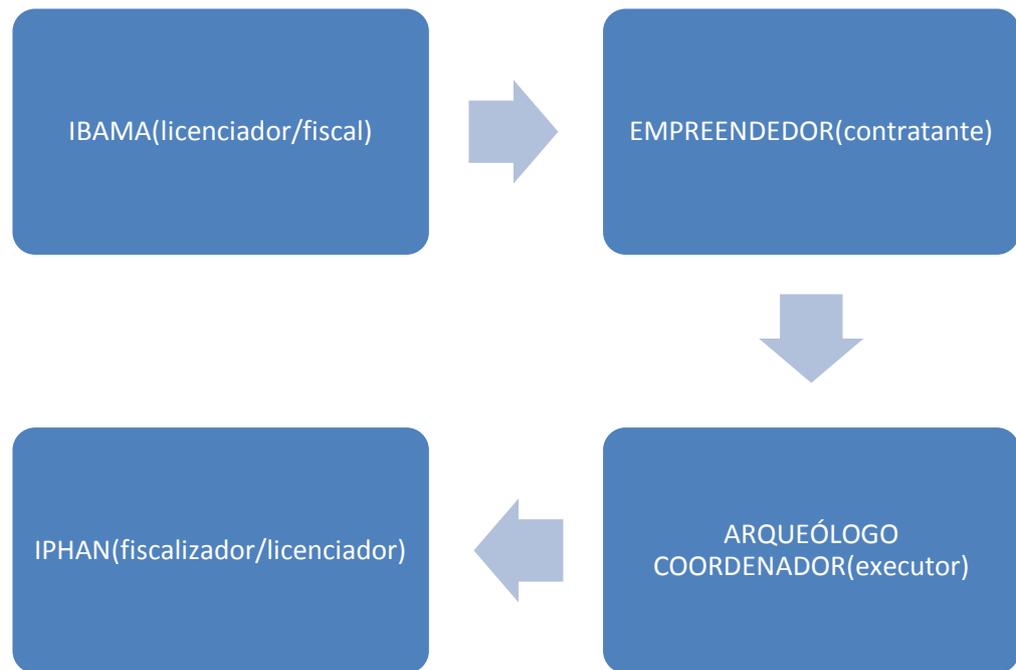
³ O IPHAN ficou conhecido como seu Ivan. Esse mito foi criado pelos técnicos do IPHAN, no âmbito das fiscalizações, que recebem as rebarbas da população das cidades históricas que vivem em guerra com as políticas patrimoniais.

- Anexo III-D da Portaria Interministerial nº 419 de 2011 “informações necessárias ao diagnóstico do meio socioeconômico, nos aspectos relacionados à proteção dos bens de interesse cultural”.

Seguindo todas essas exigências eram emitidas portarias seguindo uma sequência onde primeiramente era realizado o diagnóstico, logo depois a prospecção e se necessário o resgate, como também a necessidade da aplicabilidade da educação patrimonial em todas as etapas do projeto. No diagnóstico é feito o levantamento para determinar a potencialidade da área sendo observada a área diretamente afetada, área de influência direta e área de influência indireta. Na prospecção os sítios são procurados na área diretamente afetada e de influência direta seguindo uma metodologia utilizada pelo coordenador de campo. No relatório de prospecção o coordenador estabelece a metodologia aplicada, qual o sítio deverá ser resgatado e caso não se encontre sítios é proposto ou não o monitoramento arqueológico.

Após a entrega do relatório final, o IPHAN emite um parecer sobre o relatório estabelecendo ou não a exigência de correção de erros encontrados para só depois o relatório ser aprovado. Para cada intervenção realizada a portaria era deferida em nome de um arqueólogo coordenador com prazos e exigências estipulados pelo IPHAN - respaldado pelas legislações - cabendo a esse fiscalizar esses empreendimentos, analisar os relatórios e vistoriar as instituições responsáveis pelo endosso. E com a ação conjunta entre arqueólogos e IPHAN buscava-se amenizar os impactos e destruição total do patrimônio arqueológico e cultural brasileiro. O tramite para aquisição da antiga portaria de pesquisa pode ser aferido abaixo:

Fluxograma 01 – envolvidos no tramite do licenciamento arqueológico



Fonte: GOIS, 2016

O IPHAN é responsável por definir critérios, analisar os projetos, deferir as portarias com validade determinada, autorizando os estudos arqueológicos nas áreas determinadas, nos projetos, como também acompanhar e fiscalizar o desenvolvimento desses. Esses projetos que seguiam as Portarias antes vigentes contemplavam diversos aspectos: cadastro dos sítios, metodologia aplicada, plantas, fotos, mapas, localizações, relação do material arqueológico e instituição de endosso. Logo, para o empreendedor conseguir licenças ambientais no IBAMA precisava desses resultados obtidos juntamente com o IPHAN e outros órgãos que participam de todo o processo da avaliação ambiental. Mas pelos artigos, resumos e livros lidos percebeu-se que todo esse processo para obtenção de portarias juntamente com IPHAN e os outros órgãos licenciadores é muito burocrático, devido à demora na emissão das portarias que afeta consequentemente nos cronogramas que os arqueólogos devem seguir podendo com isso atrapalhar a qualidade dos projetos em campo e em laboratório.

2.1 Instrução Normativa nº01 de 2015

A nova instrução normativa serve de orientação para os servidores do IPHAN referente aos processos de licenciamento ambiental, conseqüentemente as Portarias nº 230 de 2002 e nº 28 de 2003 não são mais vigentes.

Como características gerais, a Instrução Normativa:

- ✓ Trabalha com o patrimônio cultural, em suas dimensões materiais e imateriais;
- ✓ Delimita as áreas de atuação do IPHAN no Licenciamento Ambiental;
- ✓ Considera, para fins de Licenciamento Ambiental, os bens acautelados nacionais;
- ✓ Respeita as especificidades das diferentes naturezas dos bens acautelados;
- ✓ Organiza hierarquias e fluxos institucionais;
- ✓ Define os atores, momentos e prazos para as manifestações institucionais;
- ✓ Busca dar segurança jurídica para a tomada de decisões imprescindíveis para o bom andamento dos processos de Licenciamento Ambiental;
- ✓ Estabelece procedimentos de avaliação de impacto aos bens acautelados, compatíveis com as dimensões das atividades ou empreendimentos;
- ✓ Estabelece os procedimentos a serem exigidos dos responsáveis pelas atividades e empreendimentos potencialmente impactantes;
- ✓ Estabelece uma rede de responsabilidade pela preservação dos bens acautelados;
- ✓ Valoriza projetos integrados de Educação Patrimonial (IPHAN, 2015, p.04).

O órgão licenciador (federal, estadual ou municipal) passa a ser o responsável por solicitar a participação do IPHAN no procedimento administrativo de licenciamento ambiental. A pesquisa arqueológica junto ao processo ambiental pela nova Instrução Normativa será realizada em áreas diretamente afetadas e nas áreas de influência direta do empreendimento quando existir bens acautelados. Essa nova Instrução Normativa estabelece em anexo às classificações dos empreendimentos divididos em níveis com a sua caracterização e procedimentos exigidos, como também uma tabela com os tipos de empreendimentos podendo ser atualizada sempre que necessária. A mudança consiste que na portaria IPHAN nº 230 de 2002 muitos dos empreendimentos que precisavam do estudo arqueológico passam a não precisar desse estudo obrigatoriamente dependendo da área e do empreendimento.

Os procedimentos iniciais para o pedido de portaria junto ao IPHAN pela nova Instrução Normativa devem conter a FCA (Ficha de Caracterização de Atividade) que deverá ser preenchida pelo empreendedor ficando proibida a assinatura de empresa consultiva. E é a partir desse formulário que o IPHAN fará o enquadramento do empreendimento que será apontado no TER (Termo de Referência Específico). A mudança está na Portaria IPHAN nº7 de 1988 que exigia mais dados, mas também faltavam dados que na FCA contém. Um ponto a se destacar no FCA é no item em que ele pede estudos anteriormente realizados no local relativo aos bens culturais acautelados (os sítios arqueológicos cadastrados no CNSA, mesmo

de projetos acadêmicos entram nos bens acautelados), mas deixa claro que esses estudos não podem estar relacionados a relatórios de pesquisas acadêmicas mesmo aprovadas pelo IPHAN, apenas relatórios relacionados a licenciamentos ambientais aprovados pelo órgão. No FCA também deve-se informar a existência de outros processos relativos ao licenciamento de atividades ou empreendimentos relacionados com a proposta da FCA (com o objetivo de saber da existência de algum licenciamento anterior ao projeto atual na mesma área).

O TER (Termo de Referência Específico) passou a ser a principal ferramenta do IPHAN no processo de licenciamento onde contém o enquadramento do empreendimento, todos os produtos e procedimentos que deverão ser apresentados e seguidos pelo empreendimento ao longo do projeto. O coordenador, pela nova Instrução Normativa deve estar em campo nos empreendimentos de Nível II durante todo o cronograma da obra com exceção da existência de um coordenador de campo, como também responderá solidariamente juntamente ao empreendedor.

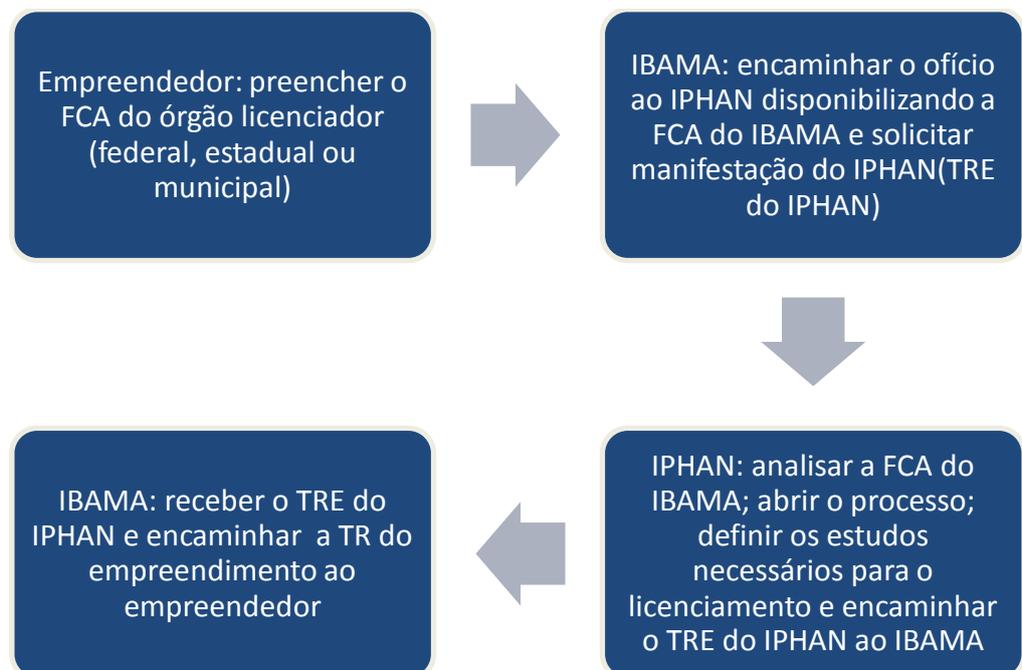
É obrigatório nos relatórios dos empreendimentos de nível III e IV quando não encontrados sítios arqueológicos na área diretamente afetada (ADA) o projeto de monitoramento arqueológico nessa área. Os artefatos resgatados no processo de prospecção e resgate serão de responsabilidade do arqueólogo coordenador durante a etapa em campo e da instituição de guarda (que deve ser localizada na unidade onde a pesquisa foi realizada) logo após o seu recebimento. Essa instituição deverá ser contratada pelo empreendedor e essa deverá encaminhar ao Centro Nacional de Arqueologia (CNA) o termo de recebimento de todo inventário recebido, como também fica responsável por emitir relatórios anuais referentes aos bens de sua responsabilidade.

O projeto de Educação Patrimonial na Instrução Normativa sofreu mudanças, pois agora se exigem ações que contemplem todos os bens independentes de sua localização (Área Diretamente Afetada ou Área de Influência Direta) com exceção dos empreendimentos de nível I e II onde são exigidos apenas ações de divulgação. Nela encontra-se o modelo do projeto de educação patrimonial, o público alvo, a equipe multidisciplinar para executar e deixa claro que atividades como palestras, ações promocionais e atividades de esclarecimento e divulgação não serão mais consideradas para caracterizar o projeto de educação patrimonial. Portanto, fica claro a importância de uma equipe especializada em educação a frente desse projeto na multiplicação do conhecimento.

Os monitoramentos arqueológicos que já eram solicitados na Portaria IPHAN nº230 de 2002 foram normatizados na nova IN. E em maio de 2016 saiu a Portaria nº 196 que normatiza os cuidados com o material arqueológico desde o campo até a instituição de guarda e pesquisa. As instituições de pesquisa de Sergipe estão em fase de organização em parceria com o IPHAN.

Quanto aos itens obrigatórios para a construção do projeto de pedido de portaria na Instrução Normativa dependerá em qual nível se encaixe o empreendimento. O arqueólogo coordenador enquanto estiver com portaria vigente em seu nome o IPHAN não deferirá novas portarias em seu nome, como também profissionais que estiverem autorizados para o acompanhamento arqueológico não poderão ser integrantes de equipes em outras pesquisas durante a vigência da portaria (aplicável para empreendimentos do nível II). O tramite para aquisição da portaria de pesquisa de acordo com a nova Instrução Normativa nº01 de 2015 pode ser aferido abaixo:

Fluxograma 02 – processo de licenciamento arqueológico seguindo os tramite da instrução normativa



Fonte: GOIS, 2016

Esta nova instrução obteve pontos positivos como é o caso da educação patrimonial, do endosso institucional, da obrigatoriedade do projeto de monitoramento arqueológico nos empreendimentos de nível III e IV quando não encontrados sítios arqueológicos e da proibição da emissão e participação em outras equipes pelo profissional durante a vigência da portaria em seu nome. Percebe-se que é uma instrução bem técnica e requer bastante ação no quesito de fiscalização para o cumprimento efetivo desta para com isso gerar projetos com mais qualidades, proteção ao patrimônio e acesso aos dados e bens da União.

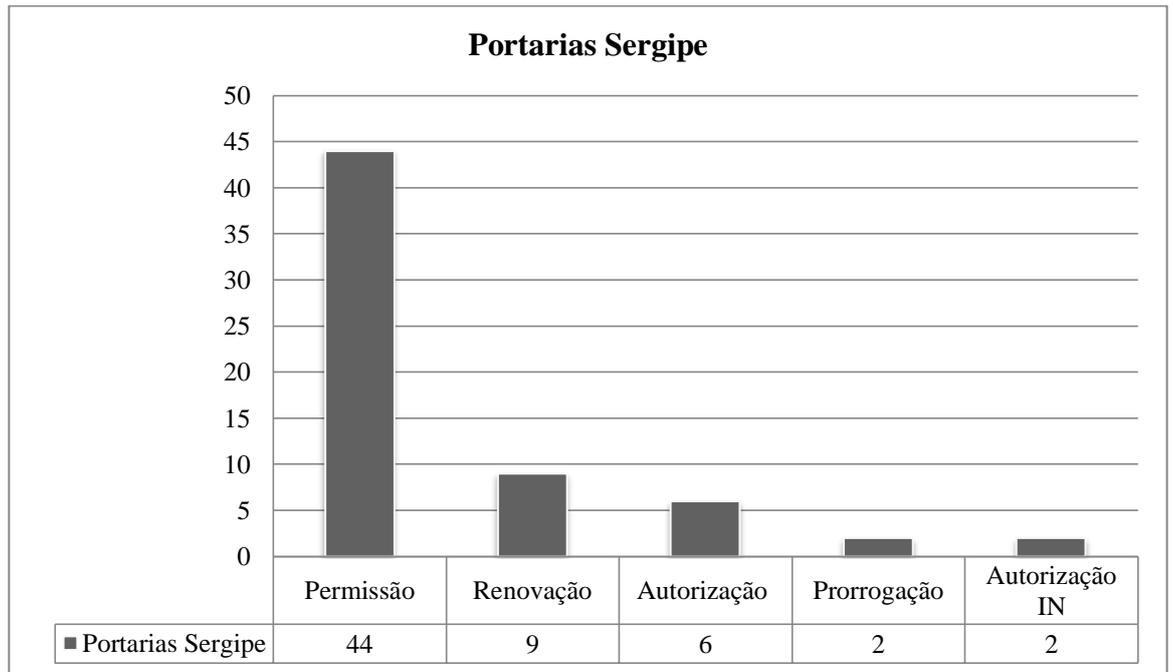
3 O feitiço contra o feiticeiro: Arqueologia de Contrato em Sergipe ⁴

Para análise dos relatórios finais montou-se um banco de dados guiado pelas Portarias IPHAN nº 07 de 1988 e nº 230 de 2002. Desta forma, o banco de dados (apêndice A) possui 21 colunas divididas em: processo IPHAN, tipo de processo, projeto, ano, tipo de pesquisa, tipo de trabalho (contrato ou acadêmica), arqueólogo responsável, instituição financiadora, endosso institucional, empreendimento/objetivo, quantidade de sítios cadastrados, sítios na ADA, tipos de sítios, educação patrimonial (público alcançado), educação patrimonial (locais contemplados), educação patrimonial (metodologia aplicada), educação patrimonial (municípios atendidos), educação patrimonial (localidades), divulgação científica/publicações, referência e observações. Totalizando assim 21 colunas e a partir do preenchimento dessas montar um panorama mais fácil e didático possível para entendimento desses relatórios finais.

A análise da produção arqueológica no estado de Sergipe seguiu a planilha oficial do IPHAN/SE que contém portarias deferidas do ano de 1999 até o ano de 2015. A lista oficial de portarias adquirida no IPHAN possui 63 processos, dos quais 44 são permissões, 09 são renovações, 06 são autorizações, 02 são prorrogações e 02 são autorizações IN (Instrução Normativa/2015). Os processos referentes ao IPHAN de Sergipe de 1999 a 2015 podem ser conferidos no Gráfico 01.

⁴ Resultados das análises referentes aos projetos acadêmicos e de contrato no Estado de Sergipe

Gráfico 01-processos IPHAN de 1999 a 2015



Fonte: GOIS, 2016

Notamos que muitos processos iniciam etapas de estudos, por exemplo, prospecção e resgate, resgate e monitoramento, diagnóstico e prospecção. Isso pode ser entendido como estratégia por parte dos coordenadores para evitar a burocracia para a emissão das portarias que levava no mínimo 30 dias sendo o prazo máximo de 90 dias. Os processos podem ser verificados no apêndice B.

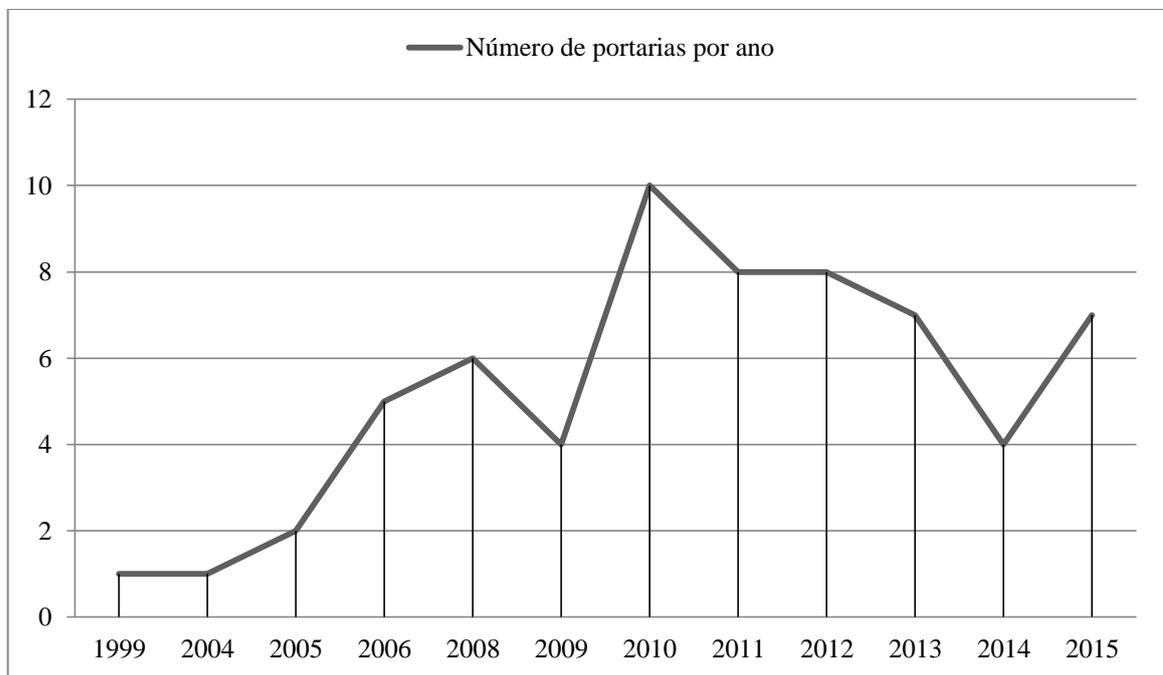
O IPHAN deferiu 63 portarias, das quais 44 foram requerimentos de permissão, 09 de renovação, 06 de autorização, 02 de autorização conforme a Instrução Normativa de 2015 e 02 de prorrogação. As 06 autorizações foram deferidas a professores da Universidade Federal de Sergipe. De acordo com a portaria IPHAN nº07 de 1988 as permissões são concedidas a pessoa natural ou jurídica privada e as autorizações são concedidas as instituições científicas da União, Estados ou Municípios para pesquisas arqueológicas.

Essas 63 portarias liberadas pelo IPHAN foram desde o ano de 1999 ao ano de 2015, pois a planilha oficial foi concedida no mês de Janeiro de 2016. Sendo o ano de 2010 com maior número de portarias e os anos de 1999 e 2004 com apenas uma única portaria cada. Esse intervalo de anos sem processos ou apenas com um processo, pode ser explicado pelo fato da superintendência do IPHAN em Sergipe não possuir arqueólogo em sua equipe técnica, quando se necessitava de um profissional ou o órgão era intimado a respeito de assuntos arqueológicos o órgão solicitava a arqueóloga da Universidade Federal de Sergipe

que na época era a professora Suely Amâncio e essa acompanhava o IPHAN no que fosse necessário.

Apenas no ano de 2005 por meio de uma TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) a superintendência de Sergipe obteve em sua equipe fixa o técnico em arqueologia que primeiramente foi à arqueóloga Suely Amâncio que permaneceu por seis meses e logo depois foi contratado o arqueólogo Jenilton Ferreira que permaneceu por dois anos no IPHAN/SE. Já em 2006 ocorreu o concurso consolidando assim o quadro profissional de arqueólogo no órgão. E assim a partir de 2005 que o IPHAN passou a exigir o cumprimento das avaliações ambientais no estado de Sergipe. E isso, infelizmente acarretou em prejuízo ao patrimônio cultural e arqueológico no Estado, pois muitas obras aconteceram sem pesquisas arqueológicas. A quantidade de processos por ano pode ser comparada no gráfico 02.

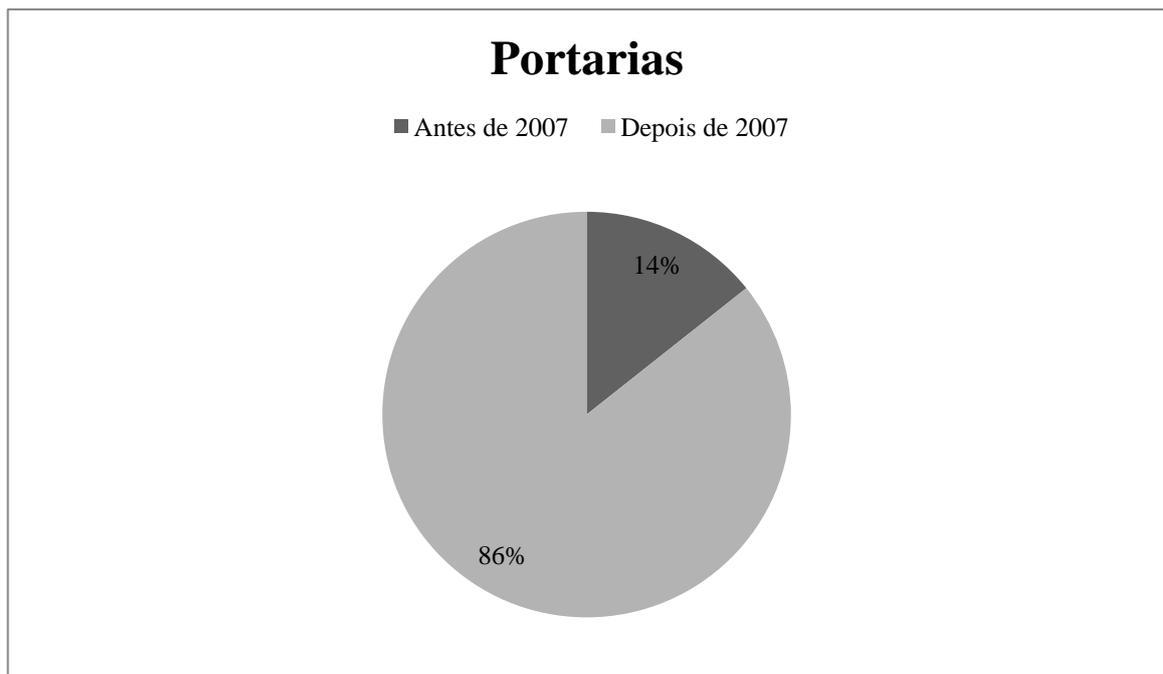
Gráfico 02 – quantidade de portarias deferidas por ano



Fonte: GOIS, 2016

O curso de Arqueologia Bacharelado obteve o ingresso de sua primeira turma com o total de 50 alunos na Universidade Federal de Sergipe (Campus de Laranjeiras) no ano de 2007, logo se observou como se comportou a quantidade de portarias liberadas antes e depois do curso no Estado de Sergipe seguindo a planilha oficial do IPHAN. Percebe-se que depois de 2007 as portarias emitidas correspondem a 86% do total apurado, sendo um fator decisivo a presença do curso com doutores arqueólogos e laboratórios impulsionaram essa estatística. A quantidade de processos existentes antes e depois da existência do curso de arqueologia bacharelado na UFS pode ser observada no gráfico 03.

Gráfico 03 – Portarias antes e depois da existência do curso arqueologia bacharelado na UFS



Fonte: GOIS, 2016

No que se refere aos coordenadores responsáveis pela pesquisa, das 63 portarias liberadas, 48 ocorreram com nome de apenas um arqueólogo coordenador e as outras 15 portarias ocorreram com mais de um coordenador responsável. Foi feito o levantamento dos nomes dos coordenadores responsáveis e constatou-se que a quantidade de portarias deferidas foram maiores no nome do arqueólogo Daniel de Castro Bezerra totalizando 07 portarias deferidas em seu nome no estado de Sergipe e em seguida o arqueólogo Jenilton Ferreira Santos totalizando 06 portarias em seu nome na superintendência de Sergipe. Dos 07 trabalhos realizados pelo arqueólogo Daniel de Castro Bezerra 03 foram no município de Laranjeiras, 03 no município de São Cristóvão e 01 no município de Japaratuba. Já o arqueólogo Jenilton Ferreira Santos realizou 01 pesquisa no município de Canindé de São Francisco, 01 no município de Nossa Senhora do Socorro, 02 no município de Barra dos

Coqueiros e 02 pesquisas no projeto Carnalita que abrange os municípios de Barra dos Coqueiros, Capela, Japarutuba, Maruim, Rosário do Catete e Santo Amaro das Brotas.

Destacamos também o vínculo do profissional na época das pesquisas arqueológicas e percebemos que a maioria possuía e/ou possui vínculo com instituições de ensino superior deixando mais evidente o quanto é difícil desassociar a arqueologia da vida acadêmica com a arqueologia no contrato. Essa percepção do vínculo nos levar a indagar o porquê a maioria dos profissionais possuem comportamentos diferentes quando estão a trabalhar com no contrato e quando estão na vida acadêmica. Será falta de fiscalização? Ética profissional? A nossa opinião quanto a esse assunto será mencionada nas considerações finais desse mesmo trabalho. Os dados referentes a quantidade ao vínculo do profissional e a quantidade de portarias em seu nome pode ser percebido na Tabela 01.

Tabela 01 - quantidade de portarias deferidas por profissional e o seu vínculo na época das pesquisas

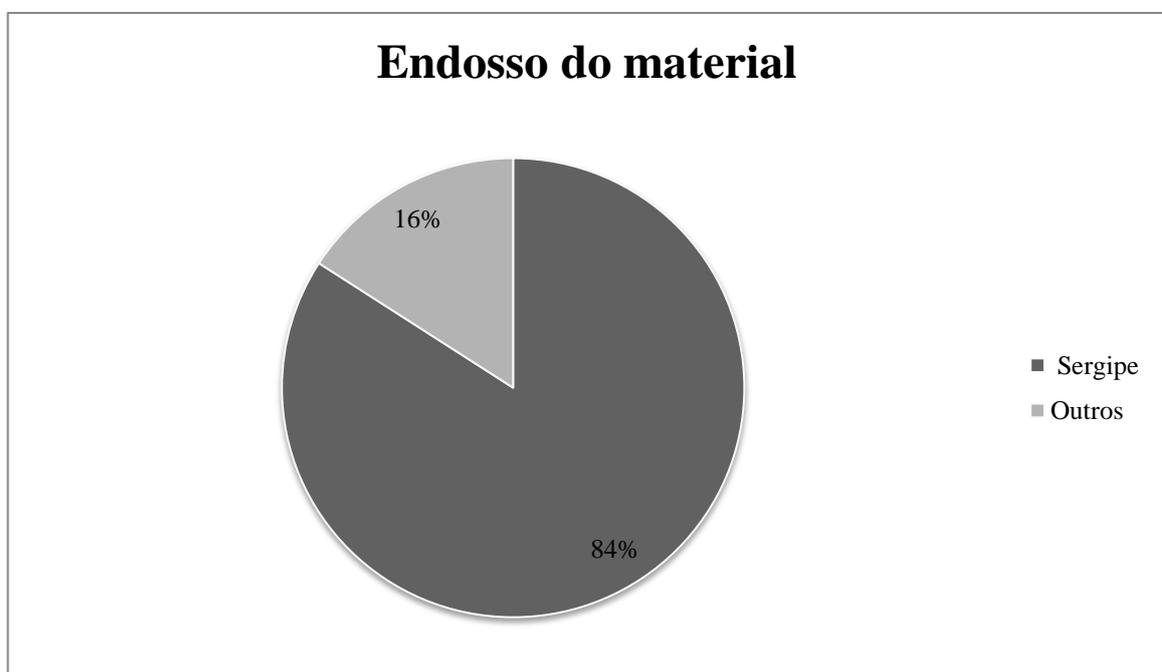
Coordenador (a)	Vínculo	Numero de portarias
Daniel de Castro Bezerra	UNIT	07
Diogo Menezes Costa	UFS	03
Emílio Fogaça	UFS	01
Erika Marion Robrahn Gonzalez	UNICAMP	01
Everson Paulo Fogolari	HABITUS	01
Felipe Silva Sales	AUTÔNOMO	01
Fernanda Libório Freire Dantas Santos	CONTEXTOS ARQUEOLOGIA	04
Flávia Prado Moi	ACERVO	02
Gilson Rambelli	UFS	05
Jenilton Ferreira Santos	UFS/IBRAP	06
José Edimarques Reis Almeida	AUTÔNOMO	01
Karin Shapazian	GRUPO TERRA	01
Ligia Maria Zaroni	ACERVO	01
Luis Felipe Freire Dantas Santos	CONTEXTOS ARQUEOLOGIA	01
Luiz Augusto Viva do Nascimento	ACERVO	05
Marcia Barbosa da Costa Guimarães	UFS/IBRAP	05
Márcia Rodrigues Santos	AUTÔNOMA	01
Maria Cristina Tenório de Oliveira	UFRJ	02
Maria Gabriela Martin Ávila	UFPE	01
Paulo Jobim de Campos Mello	UFS	04
Ronaldo José Ferreira Alves Santos	AUTÔNOMO	01
Rosiclér Theodoro da Silva	PUC – GOIÁS	01
Samara Dyva Ferreira Marcos	AUTÔNOMA	02
Sérgio Daher de Oliveira	AMBIENTEC	01
Suely Gleyde Amâncio Martinelli	UFS	04

Fonte: GOIS, 2016

Quanto ao endosso institucional 84% dos projetos requereram para instituições no Estado de Sergipe e 16% para fora do Estado, desses 16% apenas 04 projetos identificaram sítios arqueológicos e os vestígios materiais foram encaminhados a ACERVO – Centro de Referência em Patrimônio e Pesquisa que se encontra no Estado da Bahia e para o Centro de Arqueologia e Antropologia de Paulo Afonso – Universidade do Estado da Bahia, apesar de ser uma quantidade pequena, isso implica no patrimônio local que fora levado para outra unidade federativa dificultando o acesso do material aos pesquisadores locais.

Com a nova Instrução Normativa de 2015, todo o endosso deverá ficar na unidade de pesquisa e as instituições devem enviar relatórios anuais ao IPHAN a respeito de todo o material de endosso. Existirão exceções nos casos em que não existam instituições disponíveis, sendo assim o CNA autoriza a ida a outro estado e quando alguma instituição do estado de origem solicitar o acervo, o empreendedor deve arcar com os custos do retorno. Sem esquecer que todo esse material de endosso, seja ele proveniente da arqueologia de contrato ou acadêmica, esteja em instituições governamentais ou não são bens da União, logo deverão está acessível, a todos para consultas, pesquisas ou mera curiosidade. Destaca-se que atualmente o Estado de Sergipe possui 04 instituições cadastradas para endosso e o material que ainda encontra-se fora está na ACERVO (pequena quantidade). A porcentagem do material de endosso e os seus respectivos locais podem ser apurados no gráfico 04 e na tabela 02.

Gráfico 04 – Destino de artefatos resgatados



Fonte: GOIS, 2016

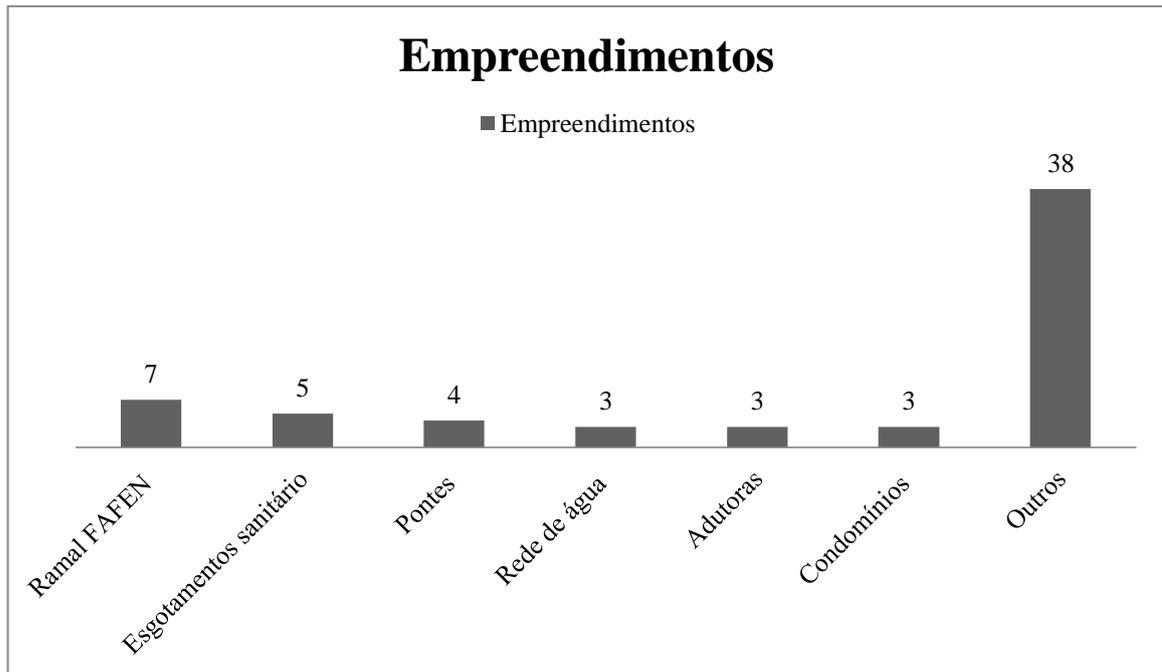
Tabela 02 – quantidade de projetos nas instituições de endosso

INSTITUIÇÕES DE ENDOSSO	QUANTIDADE DE PROJETOS
Universidade Federal de Sergipe-CAMPUSLAR	29
Museu de Arqueologia de Xingó – MAX/UFS	13
Acervo – Centro de Referência em Patrimônio e Pesquisa	08
Instituto Goiano de pré-história e antropologia - Pontifícia	
Universidade Católica de Goiás	01
Museu do Homem Sergipano – UFS	03
Museu câmara cascudo – Universidade Federal do Rio Grande	
do Norte	01
Centro de Arqueologia e Antropologia de Paulo Afonso –	
Universidade do Estado da Bahia	01
Museu Histórico de Sergipe	02
Secretaria da Cultura da Prefeitura Municipal de Laranjeiras	02
Instituto Homem Brasileiro	01
Superintendência do IPHAN no Estado de Sergipe	01
Não consta	01

Fonte: GOIS, 2016

Quanto às instituições e empresas responsáveis pela realização dos empreendimentos foram analisadas de acordo com os relatórios a que se teve acesso sendo que total foram 56 projetos possíveis de ser retirada essa informação. Assim, destaca-se o Governo do Estado de Sergipe com 16 trabalhos executados (Instituto Médico Legal, Pontes, Rodovia SE-100, Esgotamento Sanitário, Barragem e Adutoras) e logo em seguida a PETROBRAS (Gasodutos, Ramais FAFEN e Linhas de transmissão FAFEN) com 09 projetos. Quanto aos tipos de empreendimentos que foram emitidas contactou-se que a maioria foram Ramais da FAFEN, logo em seguida obras de esgotamento sanitário e pontes. Os tipos de empreendimentos e os responsáveis por essas encontram-se no gráfico 05 e na tabela 03.

Gráfico 05 – Tipos de empreendimentos



Fonte: GOIS, 2016

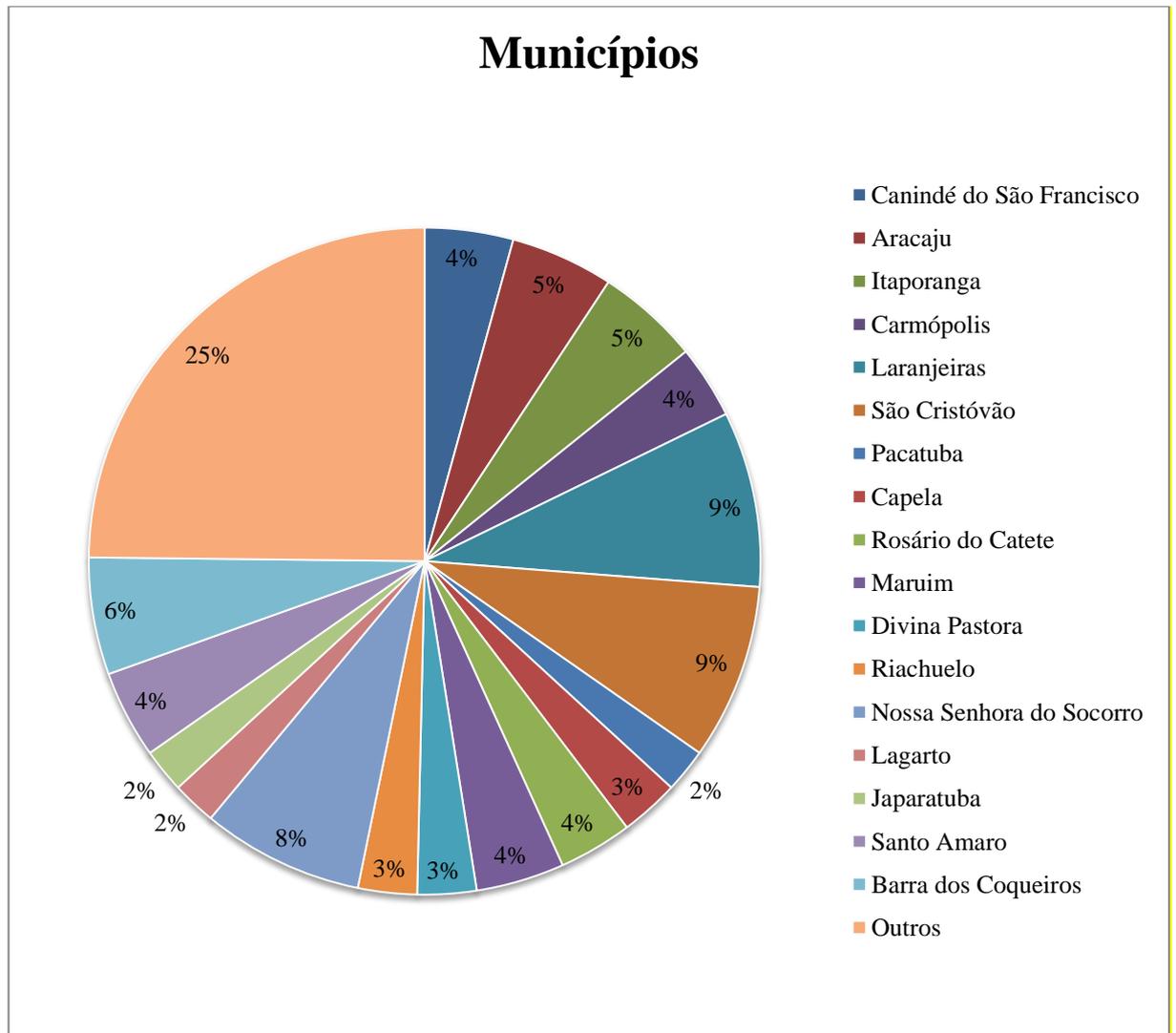
Tabela 03 – quantidade de empreendimentos por empresa

EMPRESAS	QUANTIDADE DE PROJETOS
PETROBRAS	09
Governo do Estado de Sergipe	16
CNPq e FAPITEC	03
VALE	02
CHESF	02
CONSENTRE	02
CONSPLAN	02
ELO Telecomunicações e Construções LTDA	02
EVOLUA	02
Brennand Cimentos	01
Companhia Industrial de Cimento Apodi LTDA	01
ECOLURB	01
PETROGRAL BRASIL/AS	01
Cyrela Europa Empreendimentos Imobiliários LTDA	01
ZELAR Imóveis	01
TORRE	01
ALUSA Engenharia	01
CONVITE	01
CODEVASF	01
IPHAN	01
Ministério da Aquicultura e Pesca	01
Prefeitura do município de Laranjeiras	01
Não consta	03

Fonte: GOIS, 2016

Os municípios que mais ocorreram trabalhos foram destacados, mas na maioria desses municípios sergipanos ocorreu apenas um trabalho. Destacamos no gráfico os municípios de Laranjeiras, São Cristóvão e Nossa Senhora do Socorro com maior número de trabalhos realizados. Na maioria das vezes esses projetos ocorreram devido a obras do Governo do Estado de Sergipe e ampliação de ramais da FAFEN. O gráfico 06 representa a porcentagem de trabalhos nos municípios sergipanos.

Gráfico 06 – Porcentagem de trabalhos por municípios



Fonte: GOIS, 2016

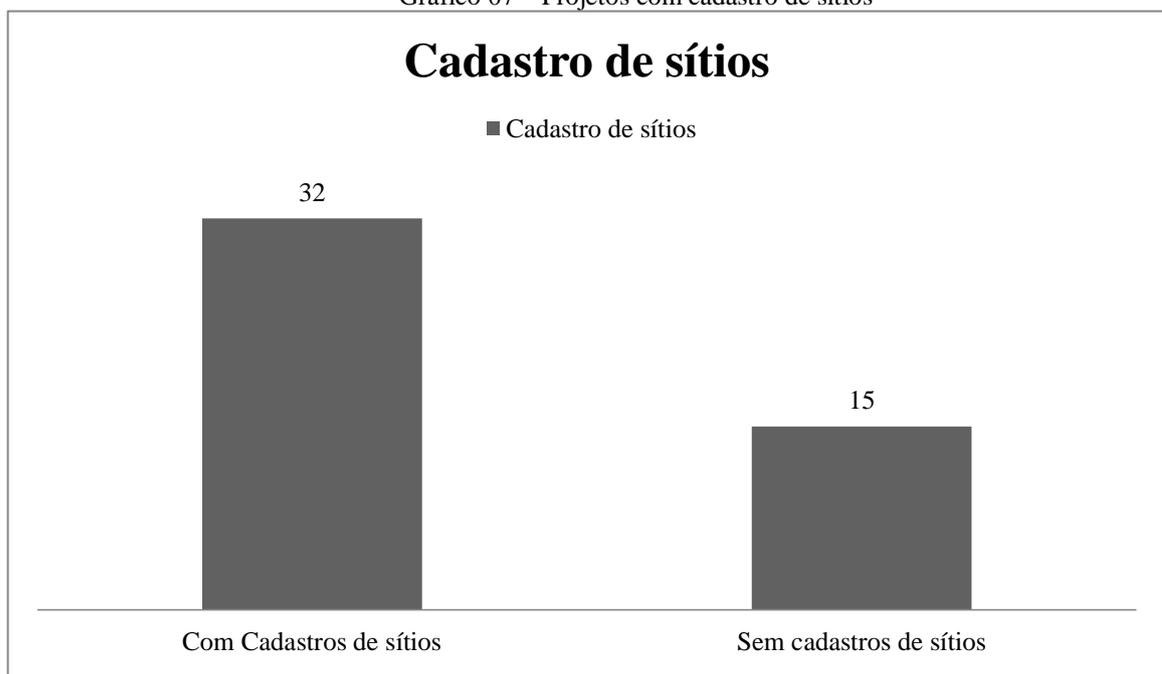
Quanto ao cadastro de sítios arqueológicos foram analisados apenas trabalhos que possuíam relatórios finais, sendo assim dos 63 processos foram analisados 49. Percebeu-se que em 15 projetos não foram identificados sítios, 02 relatórios não possuem informação alguma a respeito de sítios e nos outros 32 projetos foram cadastrados o total de 230 sítios dos quais 118 desses sítios estavam localizados na ADA (Área Diretamente Afetada).

Essa realidade pode existir devido à metodologia utilizada por cada coordenador, pois para uns dependendo da quantidade de vestígios podem indicar como ocorrências isoladas e para outros podem ser um sítio arqueológico. Cabe ao IPHAN na análise dos relatórios averiguar o tipo de metodologia utilizada, ir a campo vistoriar em todas as etapas do projeto e analisar os vestígios encontrados e os impactos sofridos para emitir um parecer favorável ou não quanto ao assunto.

Referente aos tipos dos sítios constatou-se que 11 projetos cadastraram sítios pré-coloniais e históricos, 07 projetos cadastraram apenas sítios pré-coloniais e 05 projetos cadastraram apenas sítios históricos e o restante não informou no relatório final o tipo de sítio. Logo, percebe-se o quanto o Estado de Sergipe é riquíssimo em cultura material arqueológica com sítios pré-coloniais e sítios históricos. Os cadastros dos sítios e as suas tipologias estão no gráfico 07, gráfico 08 e gráfico 09.

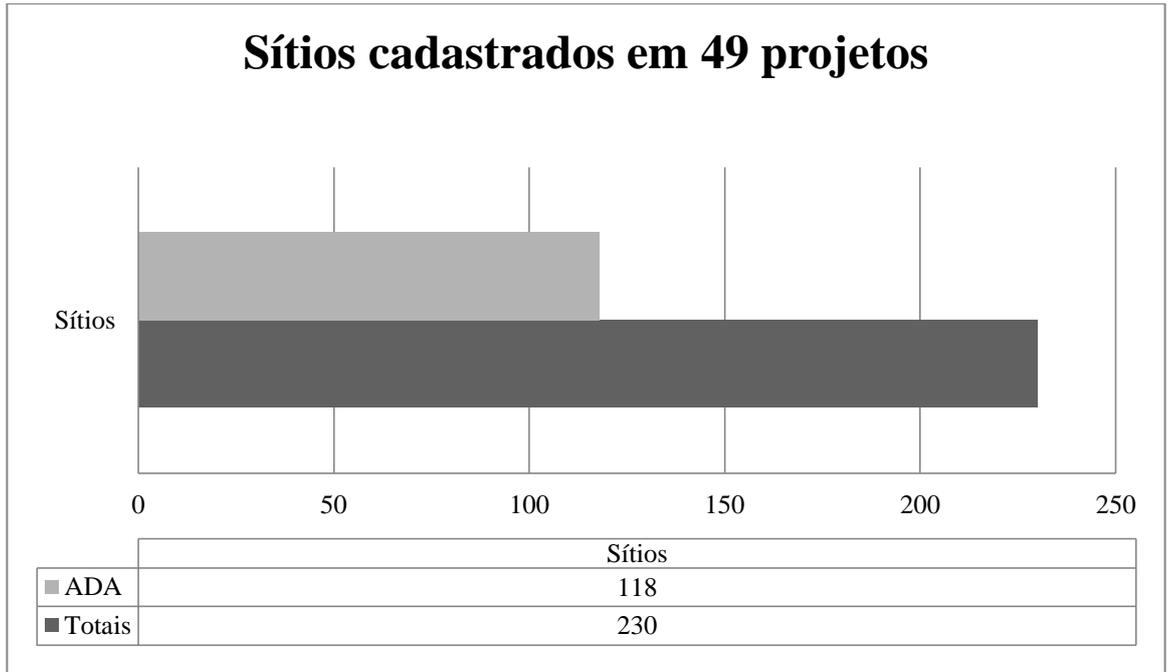
Essa questão de sítios arqueológicos é muito delicada, afinal como já mencionado a existência de um depende da visão e metodologia do arqueólogo em campo, afinal o arqueólogo é a peça chave para determinar o que é sítio e o que merece ser resgatado, sem esquecer que para isso o profissional deve dar importância desse patrimônio para a comunidade local, afinal essa será impactada diretamente todos os dias com as consequências dos empreendimentos. Essas pesquisas com resultados negativos foram averiguadas pelo IPHAN? O IPHAN como órgão fiscalizador deve atuar averiguando todo o processo da pesquisa e não apenas ficar a mercê da descrição dos relatórios técnicos entregues.

Gráfico 07 – Projetos com cadastro de sítios



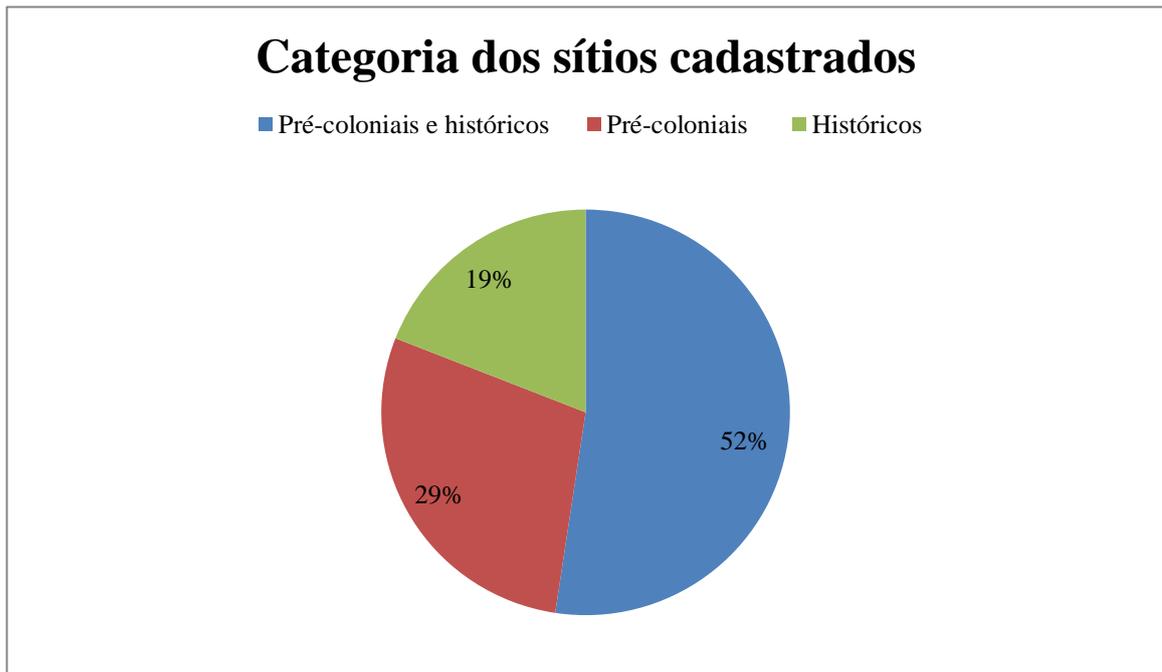
Fonte: GOIS, 2016

Gráfico 08 – Quantidade de sítios cadastrados e quantidade sítios na ADA



Fonte: GOIS, 2016

Gráfico 09 – Porcentagem dos tipos de sítios

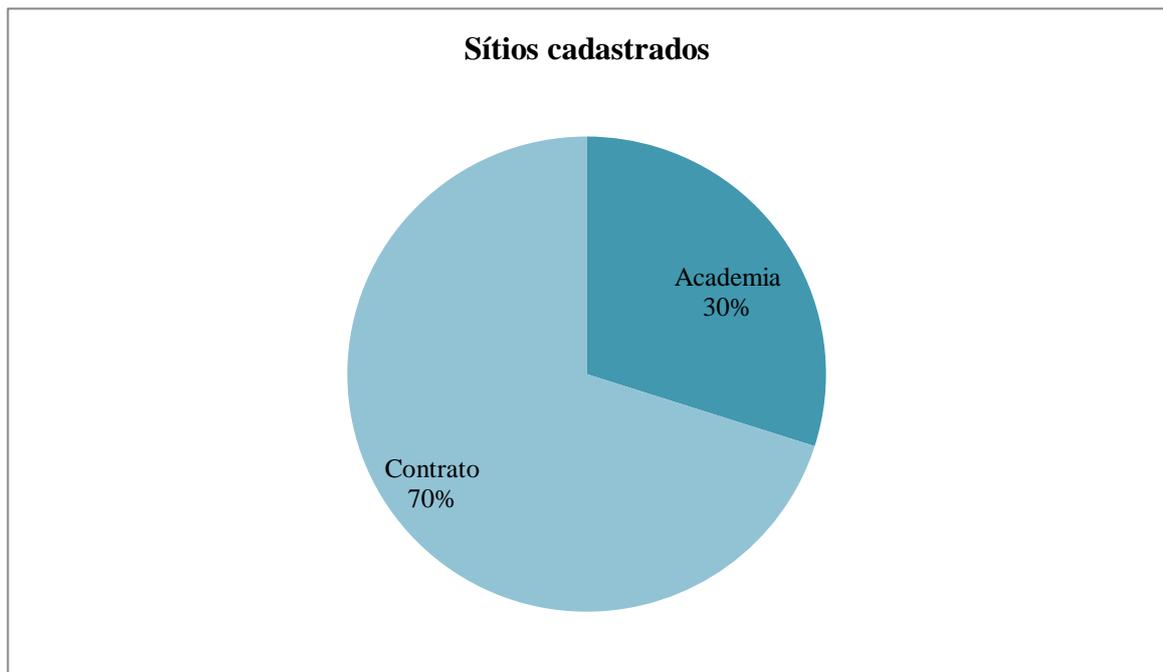


Fonte: GOIS, 2016

Lendo os 63 projetos apenas 06 desses eram portarias deferidas relativas a projetos de arqueologia acadêmica da Universidade Federal de Sergipe e os outros 57 referentes a empreendimentos ligados a arqueologia de contrato no Estado de Sergipe. Desses 06 processos referentes a trabalhos acadêmicos foram analisados 05 relatórios finais, mas mesmo assim sendo apenas cinco projetos realizados pela academia esses são responsáveis por 30% do cadastro de sítios, ou seja, 69 sítios. Enquanto isso os 43 projetos referentes à arqueologia de contrato com relatórios finais analisados cadastraram 70% dos sítios, ou seja, 161 sítios.

Essa diferença pode ocorrer pelo tipo de metodologia utilizada nos trabalhos de arqueologia de contrato, pois a metodologia utilizada implica diretamente na existência ou não de sítios, cabendo ao IPHAN fiscalizar todo o processo para averiguar a veracidade do que se é entregue nos relatórios acadêmicos. Destacamos também a questão da ética profissional, pois muitas vezes os empreendedores pressionam a equipe arqueológica para a realização de uma pesquisa mais rápida deixando assim o trabalho a desejar, logo o profissional tem que saber se colocar ética e profissionalmente para não comprometer o patrimônio cultural e arqueológico local. As porcentagens de sítios cadastrados nas pesquisas de acadêmicas e de contratos analisados encontram-se no gráfico 10.

Gráfico 10 – Porcentagem de sítios cadastrados por trabalhos acadêmicos e de contrato



Fonte: GOIS, 2016

A educação patrimonial (inclusão social do conhecimento arqueológico) foi analisada registrando-se as metodologias utilizadas, o público-alvo, locais alcançados e os municípios com suas respectivas localidades. A educação patrimonial é de extrema importância tendo que ser aplicada em todas as fases dos projetos, pois é permanente e não pode ter descontinuidade durante a vigência do empreendimento.

Em quase todos os relatórios as metodologias mais realizadas foram palestras com o público que na maioria das vezes foram alunos e professores. Mesmo alguns dos empreendimentos de grande porte que possuem condições técnicas para uma melhor aplicabilidade utilizaram de metodologias simples nesse quesito. Destacam-se alguns projetos com metodologias diferenciadas, por exemplo, oficinas práticas, exibição de filmes, exposições itinerantes, capacitação de professores, oficinas de simulação de escavações, como também o público-alvo vai além de alunos e professores e abrangem a comunidade local, líderes locais, trabalhadores de campo e gestores públicos.

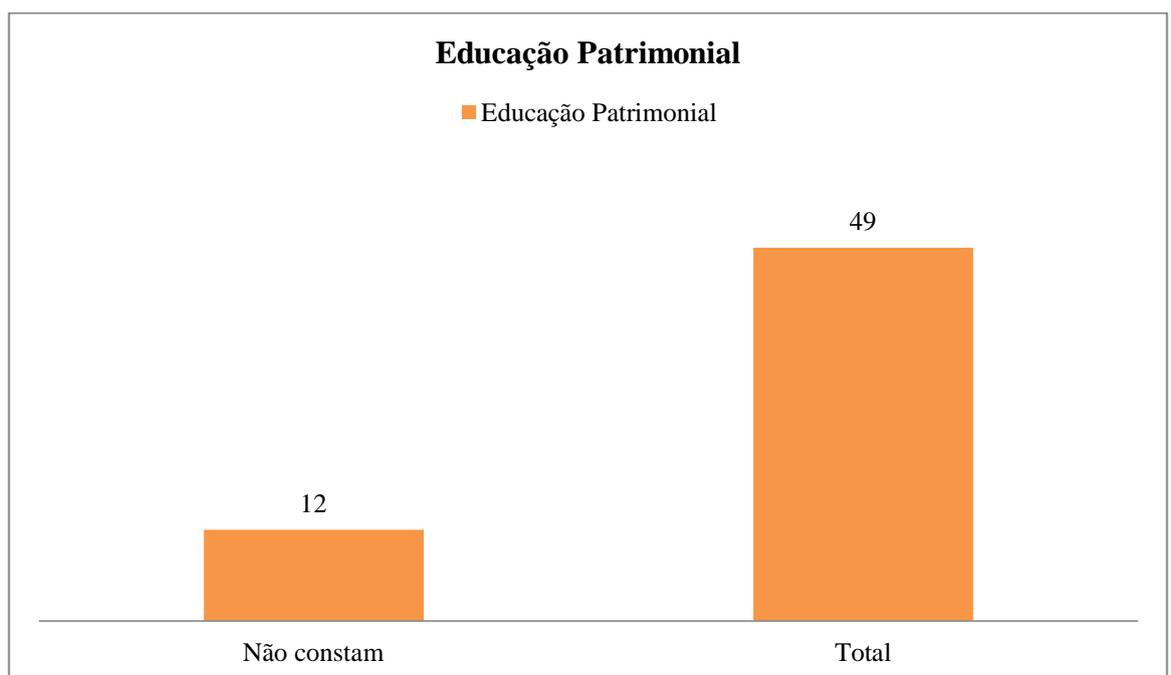
A educação patrimonial é de extrema importância na mudança de percepção do patrimônio pela sociedade. Essa modificação de ideia está diretamente ligada à preservação do patrimônio, pois ao transformar todo o conceito existente sobre o patrimônio a sociedade começa a construir uma memória e assim resgata ou constrói sua identidade. A memória conduz a preservação e conseqüentemente as identidades individuais e/ou coletivas.

Infelizmente, dos 49 trabalhos com relatórios finais, 12 não possuíam a educação patrimonial, gerando a dúvida se essa não foi realizada ou se existem em relatórios separados ao qual não tive acesso por falta de comunicação. Mas se esses não realizaram o projeto de educação patrimonial é um ponto extremamente crítico por parte dos coordenadores de campo e principalmente do IPHAN como órgão fiscalizador por ter acompanhado todo o projeto e não ter exigido tal dever do empreendedor. A educação patrimonial precisa ser efetivada, pois é a partir dessa que toda a comunidade local tem ideia do que está sendo feito em sua região, o porquê e para que. A educação patrimonial se feita com zelo leva o conhecimento, instiga a curiosidade e relata toda a importância do resgate de identidade, memória através das culturas material e imaterial.

Com a nova Instrução Normativa (IN de 2015) a Educação Patrimonial passa a ter mais importância, pois é exigido que essa seja aplicada em todas as etapas dos projetos, como também seja feito por uma equipe capacitada de educadores e destaca claramente que palestras, ações promocionais e divulgações não serão suficientes para serem aceitos como

trabalhos de educação patrimonial. Destaca-se também a o Anexo III-D da Portaria Interministerial de 2011 onde deixa claro que “a Educação Patrimonial é obrigatória, indispensável durante todo o processo de licenciamento ambiental e deve ser objeto de projeto específico intitulado PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL”. Esse projeto deverá ser elaborado por profissionais com experiência comprovada. A apresentação desse deverá ocorrer a partir dos resultados obtidos nos relatórios finais do Diagnóstico dos bens de interesse cultural, propondo assim ações educativas que contemplem todas as áreas estudadas.

Gráfico 11 – Número de trabalhos que não constam educação patrimonial



Fonte: GOIS, 2016

Apesar da identificação, registro e cadastro no CNSA (Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos) de 230 sítios referentes aos 49 relatórios analisados, um fator muito preocupante são os resultados desses projetos, pois em 49 relatórios analisados, apenas 04 desses relatórios citaram realização de trabalhos e/ou publicações. Entre esses quatro projetos constataram-se o resultado de 33 trabalhos acadêmicos e publicações, sendo que 02 deles são referentes a 01 único projeto de arqueologia de contrato e 31 deles são referentes a 03 projetos de arqueologia acadêmica.

Notamos o descompasso entre o número de processos deferidos e a quantidade de trabalhos científicos produzidos, logo os trabalhos estão sendo realizados apenas com o intuito de atendimento ao mercado de trabalho e a produção de conhecimento fica esquecida ou em segundo plano. São relatórios realizados com o intuito de deferimentos para

licenciamentos de empreendimentos e conseqüentemente estão servindo apenas de arquivos nas estantes do IPHAN e o material de endosso apenas como depósitos em instituições. A portaria IPHAN nº 7 de 1988 deixa claro no seu artigo 11 que os relatórios quando entreguem devem indicar os meios de divulgação de tal trabalho. A produção de conhecimento deve ser o principal objetivo da ciência arqueológica, pois ela lida diretamente com a memória, identidade e patrimônios da população.

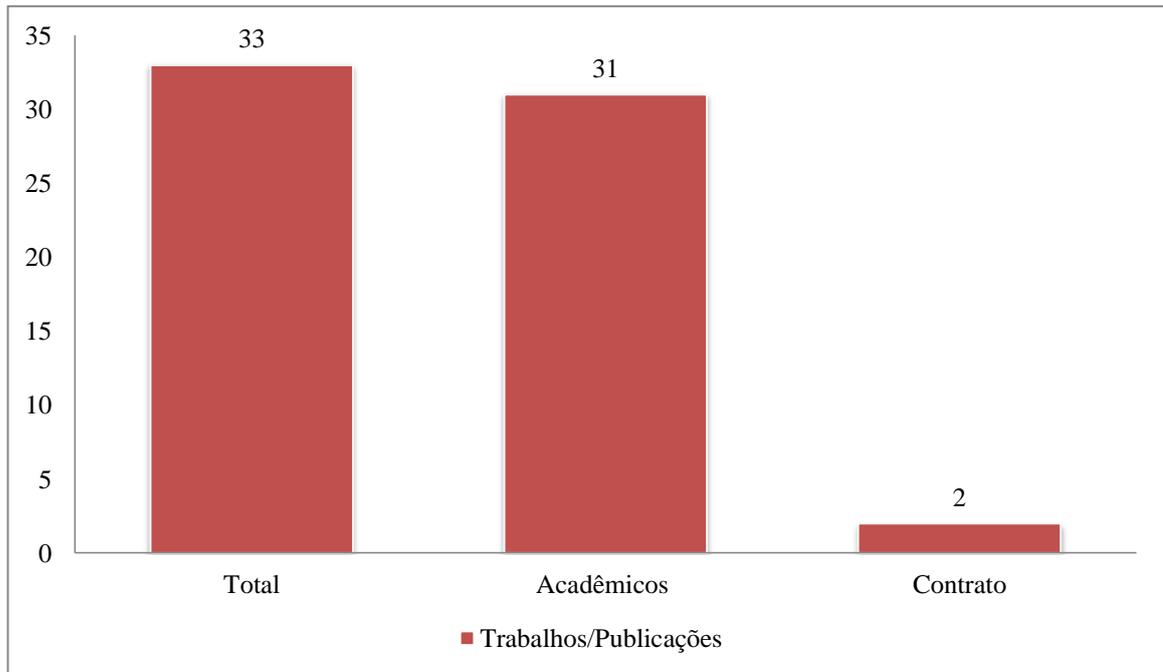
Destacamos que existe uma contradição por parte de alguns profissionais, pois muito deles possuem vínculo com instituições acadêmicas, mas quando estão a trabalho para pesquisas do contrato não realizam publicações. Por que os mesmos profissionais realizam publicações quando estão a trabalhar com pesquisas acadêmicas e não fazem o mesmo nas pesquisas de contrato? Isso é ético?

A portaria IPHAN nº 07 de 1988 deixa claro no seu artigo 11 que os resultados devem ser divulgados, mas isso na maioria das vezes não acontece e acreditamos que falta uma cobrança do órgão fiscalizador para tal resultado. Já as pesquisas acadêmicas sofrerem exigências dos financiadores (CNPq e FAPITEC) para resultados com publicações e divulgação dos trabalhos. “Não devolver ao público o que foi feito em seu nome e com seus recursos é no mínimo um ato criminoso. Este é um dos princípios éticos mais fundamentais para o exercício da profissão e é esta a sua maior responsabilidade (LIMA, 2000)”.

E como resolver essa demanda do mercado e ainda conseguir publicações? Uma ótima ideia seria as empresas ao contratarem os estagiários estabelecerem a produção de resumos e/ou artigos para apresentações em congressos, o arqueólogo coordenador juntamente com alguns profissionais e estagiários elaborarem artigos para publicação e a criação de revistas e periódicos patrocinados pelos empreendimentos de grande porte e com o suporte científico das universidades.

Quanto à questão do endosso institucional poderia o empreendedor liberar algumas bolsas de estudo para que os materiais provenientes dos seus projetos não fiquem parados nas instituições sem gerar conhecimento, como também essas instituições devem incentivar estudos em cima desses acervos provenientes da arqueologia de contrato. Mas essas ideias acabam gerando conhecimento para um público seletivo da academia. E como fazer para esse conhecimento chegar a todos? O IPHAN além de cobrar essa produção de conhecimento poderia realizar uma parceria juntamente com as instituições de endosso e levar esses resultados aos municípios onde foram realizados os respectivos projetos.

Gráfico 12 – quantidade de trabalhos publicados



Fonte: GOIS, 2016

4 Considerações Finais: Bruxas são bruxas: assumamos nossas mazelas⁵

Depois do trabalho de análise e apresentação dos resultados obtidos, percebeu-se que existem diferentes metodologias utilizadas nas elaborações dos relatórios finais entregues a superintendência do IPHAN Sergipe. Observando os resultados referentes ao preenchimento do banco de dados juntamente com as análises pode-se tirar algumas considerações finais.

O problema na gestão do IPHAN é claro nas análises, pois a maioria dos relatórios estão incompletos, isso pode ter ocorrido pelo fato da superintendência do Estado de Sergipe só possuir um arqueólogo em sua equipe dificultando assim a fiscalização e vistoria de todos os projetos no Estado em todas as suas etapas, desde o campo, laboratório e análise final dos resultados através dos relatórios. Mas hoje a realidade é diferente, pois a equipe de arqueólogos aumentou (dois efetivos e três temporários) e assim acreditasse que será mais fácil para gerir todas as portarias deferidas pela Superintendência de Sergipe. Aconselha-se que o IPHAN implante uma política de gestão de qualidade para possibilitar a melhoria de análise dos relatórios entregues com o objetivo de se cumprir o mínimo exigido por lei.

O fato de não existir arqueólogos em órgãos públicos implica na não participação em planejamentos, projetos e avaliações ligados ao desenvolvimento, meio ambiente e cultura. Isso ajudaria a muitas avaliações a serem conduzidas com um olhar técnico contribuindo na questão de tempo e dinheiro, economizando assim dinheiro público, pois muitas vezes são necessários adicionais em obras devido à suspensão por obra embargada pelo IPHAN. A adição de arqueólogos nas equipes técnicas dos órgãos licenciadores do estado de Sergipe e dos seus municípios mudaria essa realidade, pois um arqueólogo trabalhando em conjunto com as secretarias de meio ambiente acrescentaria o olhar técnico arqueológico e patrimonial nos processos de avaliações ambientais.

Além da participação de profissionais em órgãos públicos sugerimos a participação do arqueólogo como profissional e como cidadão nas audiências públicas referentes aos processos de avaliação ambiental, pois a audiência pública é um mecanismo de participação social que possibilita manifestações da população e com isso o poder público entender a real necessidade da comunidade afetada diretamente pelos empreendimentos.

⁵ Tanto projetos da academia, como também projetos provenientes do contrato possuem defeitos e qualidades.

É de extrema importância a mudança na grade curricular do curso de arqueologia bacharelado da Universidade Federal de Sergipe, pois assim os arqueólogos recém-graduados poderão atuar sabendo como agir no mercado de trabalho e como também proceder com toda a burocracia existente por trás do licenciamento ambiental.

Acrescentar disciplinas ligadas à arqueologia de contrato, ética e arqueologia e disciplinas de legislações são importantes para o entendimento de todo o processo de avaliação ambiental. E o IPHAN oferecer cursos de capacitação a profissionais para um melhor entendimento do processo e da nova Instrução Normativa de 2015, conjuntamente elaborar uma equipe de educação patrimonial e trabalhar em parceria com as instituições de endosso divulgando todos os trabalhos em cima dos resultados obtidos dos projetos executados.

A maioria dos arqueólogos envolvidos nos projetos ligados a arqueologia de contrato parecem não estar muito cientes do seu papel com a sociedade, pois muitos dos relatórios não produzem os resultados necessários para o mínimo de divulgação e proteção do patrimônio cultural. Sendo assim, é possível manter um controle de qualidade na arqueologia de contrato? SIM! O que seria essa qualidade? Para projetos arqueológicos serem executados com qualidade necessita que desde o começo do processo de licenciamento juntamente com os outros órgãos já aconteça essa construção, pois a arqueologia dentro desses projetos é uma parte de um todo que se necessita atenção, afinal na maioria das vezes os impactos culturais, ambientais e sociais são irreversíveis.

O IPHAN é o responsável pela fiscalização, vistoria e processos que envolvam o patrimônio dos bens arqueológicos, como também é responsável por analisar se a ética profissional está sendo usada nos relatórios e projetos entregues ao órgão. Suas portarias e legislações devem ser seguidas pelos profissionais para aprovação dos seus relatórios técnicos. “Quanto à qualidade, não podem ser atribuídos méritos maiores para a arqueologia acadêmica ou para a arqueologia de contrato. Em ambas as situações se encontram excelentes trabalhos como também péssimos trabalhos”. (FOGOLARI,2007, p.85).

Assim sugere-se que o IPHAN realize treinamentos com os funcionários e com os profissionais da arqueologia para todos entenderem o seu papel nos processos, como também o arqueólogo deixar de enxergar o IPHAN como um órgão apenas fiscalizador, mas como um órgão que pode e deve trabalhar em conjunto com todos os profissionais para garantir a preservação do patrimônio cultural que pertence a toda sociedade.

A prevalência de projetos que trabalham apenas com simples palestras de educação patrimonial é preocupante, afinal a Arqueologia trabalha diretamente com responsabilidade social e engajamento político, sendo assim a ciência arqueológica deve contribuir para a promoção e valorização da diversidade sócio cultural. Com a nova instrução normativa nº001 de 2015 espera-se que mude essa realidade, pois passou a exigir equipes especializadas de educação patrimonial nos projetos e não aceitaram apenas palestras como resultados de tais.

Quanto à produção de novos conhecimentos, os resultados mostraram que os projetos geraram relatórios técnicos (exigência legislativa), mas que apenas 04 projetos geraram publicações e/ou trabalhos acadêmicos (total de 33), sendo que apenas 01 projeto proveniente da arqueologia de contrato teve trabalhos acadêmicos (total de 02). Sendo assim, a produção de conhecimento desses projetos ficou estagnada, pois os relatórios produzidos estão nas estantes do IPHAN. Pertence ao órgão o dever de cobrar - das instituições de endosso, empreendedores e arqueólogos - trabalhos em cima do material resgatado e que nos próximos projetos cobre o que é exigido na Portaria nº 7 de 1988 do IPHAN em seu artigo 11 a divulgação dos resultados do projeto.

Quanto às críticas vindas da academia referentes à arqueologia de contrato, constatou-se que é impossível separá-las, afinal a arqueologia de contrato e a acadêmica não estão desassociadas, pois na maioria o material fica em instituições acadêmicas e esse material pode e deve produzir monografias, dissertações, teses, artigos entre outros. Qual seria a lógica da acumulação de materiais vindos da arqueologia de contrato se esses não são estudados? Apenas cumprimento de legislação? A entulhar laboratórios, universidades, museus e acervos? Destacamos que a maioria dos profissionais que coordenaram pesquisas no contrato atua também como docentes, portanto entendemos que a sua crítica negativa a arqueologia de contrato pode ser percebida como uma autocrítica.

Importante a interação entre o IPHAN, profissionais, empreendedores e os outros órgãos licenciadores (Federais, Estaduais e Municipais) para desenvolver parâmetros que ajudem a todos os envolvidos. Com a nova Instrução Normativa veremos se a realidade da arqueologia de contrato mudará em Sergipe.

Outro ponto a se destacar é que não bastam apenas trabalhos técnicos belos, mas pobres socialmente. Os profissionais precisam entender que para um resultado eficaz é necessário incentivar a sociedade quanto à questão de patrimônio, cultura e arte e sua preservação para uma mudança de olhar e cobrança de gerenciamento pelos órgãos públicos,

pois a Constituição Federal de 1988 em seus artigos 215 e 216 deixa claro que os bens arqueológicos são da União, de uso público e com alcance social.

Em geral, os relatórios deixam claro que alguns profissionais não estão preocupados com o fazer arqueológico, mas apenas de cumprir as legislações e entregar o trabalho que fora contratado para tal. Por isso muito das queixas existentes em relação ao profissional que obedece apenas a necessidade do mercado e esquece a produção do conhecimento. Mas mesmo sendo apenas um relatório técnico que deve seguir a Portaria IPHAN nº 07 de 1988 percebe-se a falta de informações e/ou dados incompletos. Existem diferenças nos relatórios que variam de acordo com a metodologia utilizada pelo coordenador, mas observou-se que alguns relatórios não possuem caráter científico e muito menos técnico com falhas cruciais como a falta da educação patrimonial, a indicação da existência ou não de sítios e quando existem quais deles encontram-se na ADA e a não existência de publicações. É esse tipo de trabalho que gera o rótulo da arqueologia de contrato de arqueologia de produção rápida e mercadológica.

Portanto cabe ao profissional trabalhar corretamente e eticamente, como também cabe ao IPHAN uma fiscalização efetiva de qualidade, como também uma equipe bem preparada para realizar uma análise minuciosa dos relatórios, fiscalizar os locais dos empreendimentos e vistoriar as instituições de endosso, pois por ser uma autarquia federal tem obrigação de cumprir o seu trabalho seriamente para zelar pelo patrimônio cultural arqueológico que é um bem comum de toda a sociedade.

Como uma ciência que resgata e constroem memórias e identidades, a arqueologia precisa deixar de favorecer os opressores e passar a trabalhar a favor de interpretações que construam os interesses sociais dos oprimidos. Sabe-se que são as mesmas empresas que realizam as obras e as que contratam a pesquisa arqueológica, ficando assim o interesse político e econômico interligado e acaba gerando conflito quanto ao quesito de defesa e preservação do patrimônio cultural e ambiental.

O profissional deve sempre ser ético e justo em todos os sentidos para que não existam problemas nesses patrimônios e gere respostas condizentes para a comunidade acadêmica e a sociedade civil. O profissional deve sempre ser crítico e autocrítico, questionando sempre todos os fatos, situações, dados, o que se produz e os resultados alcançados e assim procurar exercer a profissão eticamente, consciente dos seus direitos e deveres. Só não pode silenciar

diante do errado, pois em obras que geram impactos sejam ambientais, culturais e /ou naturais que os arqueólogos são chamados a atuar (MONTICELLI, 2010, p. 203).

O profissional arqueólogo possui um poder técnico, político e social de grande importância no processo das avaliações ambientais dos locais onde serão as grandes obras, afinal o arqueólogo é designado para mostrar as necessidades e os motivos para preservação, resgate ou até mesmo na mudança dos empreendimentos ligados as comunidades locais. Os trabalhos de contrato estão intimamente ligados à ética (não que os outros não estejam), pois na maioria das vezes as licitações de empreendimentos estão ligadas a grandes interesses econômicos e políticos. Assim cabe ao profissional tomar decisões éticas e profissionais sem esquecer-se de quem está por trás do verdadeiro contexto que são a sociedade, o patrimônio e o meio ambiente.

A análise realizada nesse trabalho foi muito enriquecedora para o entender do fazer arqueológico no estado de Sergipe. Mas também, deixou muitas dúvidas quanto à produção do conhecimento, o cumprimento da legislação e a proteção do patrimônio. Erros foram encontrados por parte de todos os envolvidos no processo do licenciamento, espera-se que os resultados expostos contribuam de alguma forma para excluí-los, amenizá-los ou minimamente uma reflexão ética dos envolvidos nesse processo.

Dessa maneira, encerra-se esse trabalho com a visão de que a produção arqueológica técnica, científica e social é possível tanto na academia como nos projetos de contrato, mas para isso precisamos fazer com que vários fatores determinantes trabalhem juntos nessa construção do conhecimento arqueológico.

Destacam-se os principais fatores para que os processos de avaliações ambientais que possuam pesquisas arqueológicas aconteçam o melhor possível: obedecer à legislação em vigor; fiscalização efetiva do IPHAN em todas as etapas agindo com isenção sobre possíveis influências políticas, seja acadêmica ou empresarial; publicação e/ou trabalho científicos com o resultado dos trabalhos; inclusão da sociedade diretamente afetada, pois o patrimônio arqueológico faz parte da construção da identidade cultural e de uma herança coletiva por isso a importância da democratização do acesso do que se é produzido; ética profissional; modificação nas grades curriculares dos cursos de graduação para preparar melhor o profissional que irá atuar na arqueologia de contrato; as secretarias ambientais estaduais e municipais incluam em sua equipe técnica um profissional da arqueologia facilitando assim todo o processo de avaliação ambiental; parceria entre empreendedoras e instituições

acadêmicas para que além do endosso exista também o estudo e análise desse material proveniente do contrato complementando assim a formação dos alunos na universidade.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Lex: legislação federal e marginalia**. Brasília, 1988.

BRASIL. Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000. Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o programa nacional do patrimônio imaterial e dá outras providências. **Lex: coletânea de legislação federal: edição federal**. Brasília, 2000.

BRASIL. Decreto lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. **Lex: coletânea de legislação federal: edição federal**, Rio de Janeiro, 1937.

BRASIL. Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. **Coleção de leis da República Federativa do Brasil**, Brasília, 1961.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a política nacional do meio ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Coleção de leis da República Federativa do Brasil**, Brasília, 1981.

BRASIL. Lei nº 95.733, de 12 de fevereiro de 1988. Dispõe sobre a inclusão, no orçamento dos projetos e obras federais, de recursos destinados a prevenir ou corrigir os prejuízos de natureza ambiental, cultural e social decorrente da execução desses projetos e obras. **Coleção de leis da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

BRASIL. Portaria interministerial nº 419 de 28 de outubro 2011. Dispõe sobre procedimentos e prazos para operacionalização e execução das emendas individuais que possuem impedimento de ordem técnica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 07 out. 2015. Seção 1, p.49.

CALDARELLI, Solange Bezerra e SANTOS, Maria do Carmo Mattos Monteiro dos. Arqueologia de contrato no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, nº44, p.52-73, 2000.

FOGOLARI, Everson Paulo. **Gestão em projetos de arqueologia**. São Paulo, 2007.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Instrução Normativa nº01 de 2015**. Brasília, 2015. 58p.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Portaria nº 07, de 01 de dezembro de 1988**. Brasília, 1988. 04p.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Portaria nº 230, de 17 de dezembro de 2002**. Brasília, 2002. 03p.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Portaria nº 28, de 31 de janeiro de 2003**. Brasília, 2003. 02p.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Portaria nº 299, de 06 de julho de 2004**. Brasília, 2004. 12p.

LIMA, Tânia Andrade. **A ética que temos e a ética que queremos (ou como falar de princípios neste conturbado fim de milênio)**. Anais do IX congresso da SAB. Rio de Janeiro: UNESA/Furnas, 2000.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. **Patrimônio cultural: um aspecto negligenciado nos estudos de impacto ambiental**. 2009. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/12832/patrimonio-cultural-um-aspecto-negligenciado-nos-estudos-de-impacto-ambiental>>. Acesso em: 08 jan. 2016, 10:00.

MONTICELLI, Gislene. **Deixe estar: patrimônio, arqueologia e licenciamentos ambientais**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

NASCIMENTO, Ana Cristina do. **Entre cacos, pedras e ossos – resgate da identidade cultural de Sergipe na pré-história**. Aracaju, 2009.

APÊNDICE A – Banco de dados

APÊNDICE B

TABELA OFICIAL DAS PORTARIAS EMITIDAS PELA SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN	
SERGIPE	
01	Sub-projeto de Escavação do Sítio Arqueológico Jerimum, a jusante da UHE de Xingó
02	Prospecções Arqueológicas e Preservação do Patrimônio Cultural na Área de Implantação do Gasoduto Carmópolis – Pilar
03	Resgate Arqueológico Gasoduto Carmópolis – Pilar
04	Monitoramento e Resgate Arqueológico Gasoduto Catú - Carmópolis - Trecho Itaporanga – Carmópolis
05	Prospecção e Resgate do Patrimônio Arqueológico na Área do Projeto de Irrigação Nova Califórnia
06	Diagnóstico e Prospecção do Patrimônio Arqueológico - Ponte Ligação Povoado Mosqueiro - Povoado Caueira
07	Prospecção e Resgate do Patrimônio Arqueológico na Área do Projeto de Irrigação Nova Califórnia
08	Resgate Arqueológico Gasoduto Carmópolis – Pilar
09	Intervenções Emergenciais para Sanar Impactos Causados aos Registros Rupestres do Roteiro Arqueoturístico da Fazenda Mundo Novo
10	Programa Emergencial de Resgate Arqueológico na Panificação Barroso
11	Arqueológico de Acompanhamento e Resgate do Patrimônio Material e Cultural do Quarteirão dos Trapiches em Laranjeiras
12	Preservação do Patrimônio Cultural e Arqueológico do Centro Histórico de São Cristóvão - Praça São Francisco
13	Diagnóstico Arqueológico para o Corredor Eletro-Energético LT Jardim – Penedo
14	Preservação do Patrimônio Cultural e Arqueológico do Centro Histórico de São Cristóvão - Praça São Francisco
15	Diagnóstico e Prospecção Arqueológica do Ramal FAFEN – SERGÁS
16	Resgate Arqueológico, Educação Patrimonial e Monitoramento das Obras na Faixa de Intervenção do Ramal Fafen-Sergás
17	Preservação do Patrimônio Cultural e Arqueológico do Centro Histórico de São Cristóvão - Praça de São Francisco
18	Diagnóstico e Levantamento Arqueológico para a Área de Complementação das Obras de Restauração da Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Homens Pardos, Laranjeiras/SE
19	Resgate Arqueológico Gasoduto CATU – Carmópolis: atividades complementares
20	Levantamento Arqueológico na Bacia do Rio Vaza Barris
21	Levantamento e Monitoramento Arqueológico da Área Diretamente Afetada pela Implantação do Sistema de Esgoto Sanitário da Cidade de São Cristóvão
22	Levantamento Arqueológico Prospectivo para o Aproveitamento Múltiplo dos Recursos Naturais na Área de Influência do Sistema Xingó
23	Diagnóstico Arqueológico da área de Construção da Ponte sobre o Rio Vaza Barris (Aracaju e Itaporanga D’Ajuda – SE)
24	Estudos Arqueológicos na Obra da Adutora do Povoado Pedra Branca – Laranjeiras/SE
25	Diagnóstico Arqueológico da área de Construção da Ponte sobre o Rio Vaza Barris (Aracaju e Itaporanga D’Ajuda – SE)
26	Levantamento e Monitoramento Arqueológico da Área Diretamente Afetada pela Implantação do Sistema de Esgoto Sanitário da Cidade de São Cristóvão
27	Monitoramento do Patrimônio Arqueológico da área diretamente afetada pelas obras na Rua General Siqueira, na cidade de São Cristóvão/SE
28	Programa de Diagnóstico e Levantamento Arqueológico do Terminal Pesqueiro Público de Aracaju
29	Pesquisa Arqueológica na Área da Jazida Riacho Preto – Japarutuba, Sergipe.
30	Estudos Arqueológicos na Obra da Adutora do Povoado Pedra Branca - Laranjeiras/SE
31	Levantamento e Monitoramento Arqueológico da Área Diretamente Afetada pela Implantação do Sistema de Esgoto Sanitário da Cidade de São Cristóvão.
32	Povoamento Pré-Histórico na Bacia do Rio Sergipe
33	Prospecção Arqueológica Na Central Geradora Eólica Barra dos Coqueiros, Praia de Jatobá, Sergipe.
34	A Arte Rupestre e o Contexto Arqueológico da Fazenda Mundo Novo - Canindé do São Francisco/SE
35	Levantamento Arqueológico – Estaleiro Porto das Redes
36	Projeto de Prospecção e Resgate Arqueológico na Área da Barragem de Acumulação do Rio Poxim Açú.
37	Programa de Resgate, Monitoramento e Educação Patrimonial da Central Eólica de Barra dos Coqueiros. Diagnóstico e Prospecção Arqueológica da Implantação de Cabo Óptico no Trecho entre Aracaju e Itabaiana
38	Itabaiana
39	Levantamento Arqueológico – Estaleiro Porto das Redes

40	Prospecção Arqueológica no Loteamento Alphaville
41	Programa de Monitoramento Arqueológico para o Corredor Eletro-Energético LT Jardim – Penedo
42	Programa de Diagnóstico e Prospecção Arqueológica do Polo de Gerenciamento de Resíduos Itacanema
43	Programa de Resgate, Monitoramento e Educação Patrimonial dos Sítios Alphaville I e II em Barra dos Coqueiros/SE
44	Arqueologia da Paisagem do Litoral do Estado de Sergipe
45	Programa de Monitoramento Arqueológico e Educação do cabo Óptico Vivo no Trecho entre Aracaju e Ribeira (SE)
46	Diagnóstico e Prospecção Arqueológica da LT 230KV Jardim/Nossa Senhor do Socorro e SE Nossa Senhor do Socorro 230/69KV
47	Padrões de Assentamento na Bacia do Rio Vaza Barris
48	Diagnóstico e Prospecção Arqueológica do Condomínio Reserva Lagoa-Mar
49	Levantamento Arqueológico na Área de Intervenção da Construção do Condomínio na Fazenda Mazombo
50	Programa de Prospecção Arqueológica para o Projeto Carnalita
51	Diagnóstico e Prospecção Arqueológica do Seccionamento LT 230 kV Socorro/Penedo e Seccionamento LT 230 kV Socorro/FAFEN
52	Levantamento e Monitoramento do Patrimônio Arqueológico da Área Diretamente Afetada Pela Ampliação do Sistema de Esgoto Sanitário da Cidade de São Cristóvão
53	Diagnóstico e Prospecção Arqueológica do Seccionamento LT 230 kV Socorro/Penedo e Seccionamento LT 230 kV Socorro/FAFEN
54	Diagnóstico, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial para o Empreendimento Campo de Produção de Óleo e Gás Natural Rabo Branco
55	Prospecção Arqueológica na área de implantação da Rodovia SE-100 - Trecho: Povoado Aguilhadas (Pirambu) SE-226 até o povoado Atalho (Pacatuba) SE-20
56	Diagnóstico Subaquático e Resgate dos Sítios Terrestres do Projeto Carnalita
57	Diagnóstico e Prospecção Arqueológica das áreas de influência da Ponte do Coelho
58	Diagnóstico Interventivo na Área de Influência Direta da Central de Tratamento de Resíduos de Lagarto – Sergipe
59	Diagnóstico Arqueológico Interventivo na área de implantação do novo Instituto Médico Legal- IML/SE
60	Diagnóstico e Prospecção Arqueológica nas áreas de influência do Trecho de Duplicação da Adutora de água em Tomar do Geru/ Itabaianinha e área de Barragem do Riacho Guararema
61	Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico e Bens Culturais Tombados na área de influência da Fábrica de Cimento Apodi – Fábrica, Lavra e Afins
62	Acompanhamento Arqueológico das Obras de Implantação Rodovia de Contorno Leste da cidade de Laranjeiras – SE
63	Diagnóstico, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial na área da Fábrica Companhia de Cimento

Fonte: GOIS, 2016

<i>Processo - IPHAN</i>	<i>Tipo de processo</i>	<i>Projeto</i>	<i>Ano</i>	<i>Tipo de pesquisa</i>
01450.000203/99-29	Permissão	Sub-projeto de Escavação do Sítio Arqueológico Jerimum, a jusante da UHE de Xingó	1999	Resgate
01504.000082/2004-16	Permissão	Prospecções Arqueológicas e Preservação do Patrimônio Cultural na Área de Implantação do Gasoduto Carmópolis - Pilar	2004	Prospecção
01403.000008/2005-19	Permissão	Resgate Arqueológico Gasoduto Carmópolis - Pilar	2005	Resgate
01504.000071/2005-17	Permissão	Monitoramento e Resgate Arqueológico Gasoduto Catú - Carmópolis - Trecho Itaporanga - Carmópolis	2005	Monitoramento e Resgate
01504.000002/2006-94	Permissão	Prospecção e Resgate do Patrimônio Arqueológico na Área do Projeto de Irrigação Nova Califórnia	2006	Prospecção e Resgate
01450.006290/2006-63	Permissão	Diagnóstico e Prospecção do Patrimônio Arqueológico - Ponte Ligação Povoado Mosqueiro - Povoado Caueira	2006	Diagnóstico e Prospecção
01504.000002/2006-94	Prorrogação	Prospecção e Resgate do Patrimônio Arqueológico na Área do Projeto de Irrigação Nova Califórnia	2006	Prospecção e Resgate
01403.000008/2005-19	Renovação	Resgate Arqueológico Gasoduto Carmópolis - Pilar	2006	Resgate
01504.000044/2006-25	Permissão	Intervenções Emergenciais para Sanar Impactos Causados aos Registros Rupestres do Roteiro Arqueoturístico da Fazenda Mundo Novo	2006	Intervenções emergenciais
01504.000261/2008-87	Permissão	Programa Emergencial de Resgate Arqueológico na Panificação Barroso	2008	Resgate
01504.000273/2008-10	Permissão	Arqueológico de Acompanhamento e Resgate do Patrimônio Material e Cultural do Quarteirão dos Trapiches em Laranjeiras	2008	Monitoramento e Resgate
01504.000370/2008-02	Permissão	Preservação do Patrimônio Cultural e Arqueológico do Centro Histórico de São Cristóvão - Praça São Francisco	2008	Diagnóstico e Monitoramento
01450.006932/2008-96	Permissão	Diagnóstico Arqueológico para o Corredor Eletro-Energético LT Jardim - Penedo	2008	Diagnóstico
01504.000370/2008-02	Renovação	Preservação do Patrimônio Cultural e Arqueológico do Centro Histórico de São Cristóvão - Praça São Francisco	2008	Monitoramento e Resgate
01504.001081/2008-12	Permissão	Diagnóstico e Prospecção Arqueológica do Ramal FAFEN - SERGÁS	2008	Diagnóstico e Prospecção
01504.000447/2009-17	Permissão	Resgate Arqueológico, Educação Patrimonial e Monitoramento das Obras na Faixa de Intervenção do Ramal Fafen-Sergás	2009	Resgate e Monitoramento
01504.000023/2008-71	Permissão	Preservação do Patrimônio Cultural e Arqueológico do Centro Histórico de São Cristóvão - Praça de São Francisco	2009	Resgate e Monitoramento
01504.001199/2009-21	Autorização	Diagnóstico e Levantamento Arqueológico para a Área de Complementação das Obras de Restauração da Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Homens Pardos, Laranjeiras/SE	2009	Diagnóstico e Levantamento
01450.016568/2009-53	Permissão	Resgate Arqueológico Gasoduto CATU – Carmópolis: atividades complementares	2009	Resgate e Monitoramento
01504.000111/2010-98	Autorização	Levantamento Arqueológico na Bacia do Rio Vaza Barris	2010	Levantamento Arqueológico
01504.000442/2010-28	Permissão	Levantamento e Monitoramento Arqueológico da Área Diretamente Afetada pela Implantação do Sistema de Esgoto Sanitário da Cidade de São Cristóvão	2010	Levantamento e Monitoramento
01450.007456/2010-45	Permissão	Levantamento Arqueológico Prospectivo para o Aproveitamento Múltiplo dos Recursos Naturais na Área de Influência do Sistema Xingó	2010	Levantamento Arqueológico
01504.000544/2010-43	Autorização	Diagnóstico Arqueológico da área de Construção da Ponte sobre o Rio Vaza Barris (Aracaju e Itaporanga D' Ajuda – SE)	2010	Diagnóstico
01504.000948/2010-37	Permissão	Estudos Arqueológicos na Obra da Aduzora do Povoado Pedra Branca - Laranjeiras/SE	2010	Prospecção e Resgate
01504.000544/2010-43	Renovação	Diagnóstico Arqueológico da área de Construção da Ponte sobre o Rio Vaza Barris (Aracaju e Itaporanga D' Ajuda – SE)	2010	Diagnóstico
01504.000442/2010-28	Prorrogação	Levantamento e Monitoramento Arqueológico da Área Diretamente Afetada pela Implantação do Sistema de Esgoto Sanitário da Cidade de São Cristóvão	2010	Levantamento e Monitoramento
01504.001262/2010-63	Renovação	Monitoramento do Patrimônio Arqueológico da área diretamente afetada pelas obras na Rua General Siqueira, na cidade de São Cristóvão/SE	2010	Monitoramento
01504.001516/2010-43	Permissão	Programa de Diagnóstico e Levantamento Arqueológico do Terminal Pesqueiro Público de Aracaju	2010	Diagnóstico e Levantamento
01504.001626/2009-71	Permissão	Pesquisa Arqueológica na Área da Jazida Riacho Preto – Japarutuba, Sergipe.	2010	Pesquisa arqueológica
01504.000948/2010-37	Renovação	Estudos Arqueológicos na Obra da Aduzora do Povoado Pedra Branca - Laranjeiras/SE	2011	Prospecção e Resgate
01504.000612/2010-74	Renovação	Levantamento e Monitoramento Arqueológico da Área Diretamente Afetada pela Implantação do Sistema de Esgoto Sanitário da Cidade de São Cristóvão	2011	Levantamento e Monitoramento
01504.000352/2011-18	Autorização	Povoamento Pré-Histórico na Bacia do Rio Sergipe	2011	Prospecção e Resgate
01504.000733/2011-05	Permissão	Prospecção Arqueológica Na Central Geradora Eólica Barra dos Coqueiros, Praia de Jatobá, Sergipe.	2011	Prospecção
01504.001093/2011-42	Renovação	A ARTE RUPESTRE E O CONTEXTO ARQUEOLÓGICO DA FAZENDA MUNDO NOVO - Canindé do São Francisco/SE	2011	Análise
01504.000557/2011-01	Permissão	Levantamento Arqueológico – ESTALEIRO PORTO DAS REDES	2011	Levantamento Arqueológico
01504.000351/2011-73	Permissão	Projeto de Prospecção e Resgate Arqueológico na Área da BARRAGEM DE ACUMULAÇÃO DO RIO POXIM AÇU	2011	Prospecção e Resgate
01504.000733/2011-05	Permissão	Programa de Resgate, Monitoramento e Educação Patrimonial da CENTRAL EÓLICA DE BARRA DOS COQUEIROS	2011	Resgate e Monitoramento
01504.000161/2011-56	Permissão	Diagnóstico e Prospecção Arqueológica da Implantação de CABO ÓPTICO NO TRECHO ENTRE ARACAJU E ITABAIANA	2012	Diagnóstico e Prospecção
01504.000557/2011-01	Renovação	Levantamento Arqueológico – ESTALEIRO PORTO DAS REDES	2012	Levantamento Arqueológico
01504.001200/2011-32	Permissão	Prospecção Arqueológica no LOTEAMENTO ALPHAVILLE	2012	Prospecção Arqueológica
01450.004722/2012-40	Permissão	Programa de Monitoramento Arqueológico para o CORREDOR ELETRO-ENERGÉTICO LT JARDIM - PENEDO	2012	Monitoramento
01504.001671/2011-41	Permissão	Programa de Diagnóstico e Prospecção Arqueológica do PÓLO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS ITACANEMA	2012	Diagnóstico e Prospecção
01504.001200/2011-32	Permissão	Programa de Resgate, Monitoramento e Educação Patrimonial dos Sítios Alphaville I e II em Barra dos Coqueiros/SE	2012	Resgate e Monitoramento
01504.001513/2012-71	Autorização	Arqueologia da Paisagem do Litoral do Estado de Sergipe	2012	Prospecção e Resgate
01504.000161/2011-56	Permissão	Programa de Monitoramento Arqueológico e Educação do cabo Óptico Vivo no Trecho entre Aracaju e Ribeira (SE)	2012	Monitoramento
01504.001458/2012-10	Permissão	Diagnóstico e Prospecção Arqueológica da LT 230KV Jardim/Nossa Senhor do Socorro e SE Nossa Senhor do Socorro 230/69KV	2013	Diagnóstico e Prospecção
01504.000329/2013-95	Autorização	Padrões de Assentamento na Bacia do Rio Vaza Barris	2013	Levantamento Arqueológico
01504.000822/2012-24	Permissão	Diagnóstico e Prospecção Arqueológica do Condomínio Reserva Lagoa-Mar	2013	Diagnóstico e Prospecção
01504.000791/2013-92	Permissão	Levantamento Arqueológico na Área de Intervenção da Construção do Condomínio na Fazenda Mazombo	2013	Levantamento
01504.001039/2011-05	Permissão	Prospecção Arqueológica do Projeto Camalita de Sergipe	2013	Prospecção
01504.001504/2013-61	Permissão	Diagnóstico e Prospecção Arqueológica do Seccionamento LT 230 kV Socorro/Penedo e Seccionamento LT 230 kV Socorro/FAFEN	2013	Diagnóstico e Prospecção
01504.000967/2013-14	Permissão	Levantamento e Monitoramento do Patrimônio Arqueológico da Área Diretamente Afetada Pela Ampliação do Sistema de Esgoto Sanitário da Cidade de São Cristóvão	2013	Levantamento e Monitoramento
01504.001504/2013-61	Renovação	Diagnóstico e Prospecção Arqueológica do Seccionamento LT 230 kV Socorro/Penedo e Seccionamento LT 230 kV Socorro/FAFEN	2014	Diagnóstico e Prospecção
01504.001875/2013-43	Permissão	Diagnóstico, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial para o Empreendimento Campo de Produção de Óleo e Gás Natural Rabo Branco	2014	Diagnóstico e Prospecção
01504.001528/2009-34	Permissão	Programa de Prospecção Arqueológica na Área de Implantação da Rodovia SE-100, Trecho: Povoado AGUILHADAS (PIRAMBU) SE-226 até Povoado ATALHO (PACATUBA) SE-204 – SERGIPE.	2014	Prospecção
01504.001039/2011-05	Permissão	Diagnóstico Subaquático e Resgate dos Sítios Terrestres do Projeto Camalita	2014	Diagnóstico e Resgate
01504.001244/2011-62	Permissão	Diagnóstico e Prospecção Arqueológica das áreas de influência da Ponte do Coelho	2015	Diagnóstico e Prospecção
01504.001296/2014-81	Permissão	Diagnóstico Interventivo na Área de Influência Direta da Central de Tratamento de Resíduos de Lagarto – Sergipe	2015	Diagnóstico
01504.000824/2014-85	Permissão	Diagnóstico Arqueológico Interventivo na área de implantação do novo Instituto Médico Legal- IML/SE	2015	Diagnóstico
01504.001627/2014-83	Permissão	Diagnóstico e Prospecção Arqueológica nas áreas de influência do Trecho de Duplicação da Aduzora de água em Tomar do Geru/ Itabaianinha e área de Barragem do Riacho Guararema	2015	Diagnóstico e Prospecção
01504.000527/2015-11	Autorização IN	Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico e Bens Culturais Tombados na área de influência da Fábrica de Cimento Apodi – Fábrica, Lavra e Afins	2015	Prospecção
01504.001626/2014-39	Autorização IN	Acompanhamento Arqueológico das Obras de Implantação Rodovia de Contorno Leste da cidade de Laranjeiras - SE	2015	Monitoramento Arqueológico
01504.000373/2015-67	Permissão	Diagnóstico, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial na área da Fábrica Companhia de Cimento	2015	Prospecção

<u>Tipo de trabalho(contrato ou acadêmica)</u>	<u>Arqueólogo responsável</u>	<u>Instituição financiadora</u>	<u>Endosso institucional</u>
Contrato	Maria Gabriela Martin Ávila	CHESF	Universidade Federal de Sergipe - Campus de Laranjeiras – Núcleo de Arqueologia
Contrato	Lígia Maria Zaroni	PETROBRAS/AS	Acervo-Centro de Referência em Patrimônio e Pesquisa
Contrato	Erika Marion Robrahn - González /Luiz Augusto Viva do Nascimento/ Walter Fagundes Morales	PETROBRAS/AS	Acervo-Centro de Referência em Patrimônio e Pesquisa
Contrato	Luiz Augusto Viva do Nascimento/ Walter Fagundes Morales/ Flávia Prado Moi	PETROBRAS/AS	Acervo-Centro de Referência em Patrimônio e Pesquisa
-	Maria Cristina Tenório de Oliveira	-	Universidade Federal de Sergipe - Museu do Homem Sergipano
Contrato	Suely Gleyde Amâncio Martinelli	-	Universidade Federal de Sergipe - Museu do Homem Sergipano
Contrato	Maria Cristina Tenório de Oliveira	-	Universidade Federal de Sergipe - Museu do Homem Sergipano
Contrato	Luiz Augusto Viva do Nascimento / Walter Fagundes Morales	PETROBRAS S/A	Acervo - Centro de Referência em Patrimônio e Pesquisa
Acadêmica	Jenilton Ferreira	Não consta	Superintendência do Iphan no Estado de Sergipe
Contrato	Suely Gleyde Amâncio Martinelli	CONVITE	Universidade Federal de Sergipe - Campus de Laranjeiras – Núcleo de Arqueologia
Contrato	Daniel de Castro Bezerra	Não consta	Universidade Federal de Sergipe - Campus de Laranjeiras – Núcleo de Arqueologia
Contrato	Daniel de Castro Bezerra	DESO	Universidade Federal de Sergipe - Campus de Laranjeiras – Núcleo de Arqueologia
Contrato	Flávia Prado Moi / Luiz Augusto Viva do Nascimento / Walter Fagundes Morales	CONSPAN	Acervo - Centro de Referência em Patrimônio e Pesquisa
Contrato	Daniel de Castro Bezerra	DESO	Universidade Federal de Sergipe - Campus de Laranjeiras – Núcleo de Arqueologia
Contrato	Luiz Augusto Viva do Nascimento	PETROBRAS S/A	Acervo - Centro de Referência em Patrimônio e Pesquisa
Contrato	Luiz Augusto Viva do Nascimento	PETROBRAS S/A	Acervo - Centro de Referência em Patrimônio e Pesquisa
Contrato	Daniel de Castro Bezerra	DESO	Universidade Federal de Sergipe - Campus de Laranjeiras – Núcleo de Arqueologia
Contrato	Gilson Rambelli	IPHAN	Universidade Federal de Sergipe - Campus de Laranjeiras – Núcleo de Arqueologia
Contrato	Luiz Augusto Viva do Nascimento	PETROBRAS S/A	Acervo - Centro de Referência em Patrimônio e Pesquisa
Acadêmica	Paulo Jobim de Campos Mello	CNPq e FAPITEC	Universidade Federal de Sergipe - Campus de Laranjeiras – Núcleo de Arqueologia
Contrato	Diogo Menezes Costa/Paulo Jobim de Campos Mello	DESO	Universidade Federal de Sergipe - Campus de Laranjeiras – Núcleo de Arqueologia
Contrato	Everson Paulo Fogolari	CODEVASF	Centro de Arqueologia e Antropologia de Paulo Afonso - Universidade do Estado da Bahia
Contrato	Gilson Rambelli	Governo de Sergipe	Universidade Federal de Sergipe - Laboratório de Arqueologia de Ambientes Aquáticos
Contrato	Daniel de Castro Bezerra	DESO	Secretaria de Cultura - Prefeitura Municipal de Laranjeiras
Contrato	Gilson Rambelli	Governo de Sergipe	Universidade Federal de Sergipe - Laboratório de Arqueologia de Ambientes Aquáticos
Contrato	Diogo Menezes Costa/Paulo Jobim de Campos Mello	DESO	Universidade Federal de Sergipe - Campus de Laranjeiras – Núcleo de Arqueologia
Contrato	Paulo Jobim de Campos Mello	DESO	Universidade Federal de Sergipe - Campus de Laranjeiras – Núcleo de Arqueologia
Contrato	Karin Shapazian	Ministério da Aquicultura e Pesca	Instituto Homem Brasileiro
Contrato	Daniel de Castro Bezerra	Não Consta	Museu Histórico de Sergipe
Contrato	Daniel de Castro Bezerra	DESO	Secretaria de Cultura - Prefeitura Municipal de Laranjeiras
Contrato	Diogo Menezes Costa	DESO	Universidade Federal de Sergipe - Campus de Laranjeiras – Núcleo de Arqueologia
Acadêmica	Emílio Fogaça/Paulo Jobim de Campos Mello	-	Universidade Federal de Sergipe - Campus de Laranjeiras – Núcleo de Arqueologia
Contrato	Márcia Barbosa da Costa Guimarães	EVOLUA	Universidade Federal de Sergipe/MAX
Acadêmica	Suely Gleyde Amâncio Martinelli	CNPq	Universidade Federal de Sergipe - Campus de Laranjeiras – Núcleo de Arqueologia
Contrato	Gilson Rambelli	ALUSA Engenharia	Universidade Federal de Sergipe/MAX
Contrato	IPHAN, DESO e Contextos arqueologia	DESO	Universidade Federal de Sergipe/MAX
Contrato	Márcia Barbosa da Costa Guimarães / Suely Gleyde Amâncio Martinelli	EVOLUA	Universidade Federal de Sergipe/MAX
Contrato	Márcia Barbosa da Costa Guimarães	ELO Telecomunicações e Construções LTDA	Universidade Federal de Sergipe/MAX
Contrato	Gilson Rambelli	ALUSA Engenharia	Universidade Federal de Sergipe/MAX
Contrato	Suely Gleyde Amâncio Martinelli	CONSENTRE	Universidade Federal de Sergipe/MAX
Contrato	Flávia Prado Moi	CONSPAN	Museu Câmara Cascudo – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Contrato	Jenilton Ferreira	TORRE	Universidade Federal de Sergipe/LAPIC
Contrato	Jenilton Ferreira	CONSENTRE	Universidade Federal de Sergipe/LAPIC
Acadêmica	Márcia Barbosa da Costa Guimarães	-	Universidade Federal de Sergipe/LAPIC
Contrato	Márcia Barbosa da Costa Guimarães	ELO Telecomunicações e Construções LTDA	Universidade Federal de Sergipe/MAX
Contrato	Rosiclé Theodoro da Silva	CHESF	Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia - Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Acadêmica	Paulo Jobim de Campos Mello	CNPq e FAPITEC	Universidade Federal de Sergipe/MAX
Contrato	Jenilton Ferreira	ZELAR Imóveis	Universidade Federal de Sergipe/LAPIC
Contrato	José Edimarques Reis Almeida	Cyrela Europa Empreendimentos Imobiliários Ltda	Universidade Federal de Sergipe/MAX
Contrato	Jenilton Ferreira	VALE	Universidade Federal de Sergipe/LAPIC
Contrato	Samara Dyva Ferreira Marcos	PETROBRAS	Universidade Federal de Sergipe/LAPIC
Contrato	Paulo Jobim de Campos Mello	DESO	Universidade Federal de Sergipe - Campus de Laranjeiras – Núcleo de Arqueologia
Contrato	Samara Dyva Ferreira Marcos	PETROBRAS	Universidade Federal de Sergipe/LAPIC
Contrato	Felipe Silva Sales	PETROGAL BRASIL S.A.	Universidade Federal de Sergipe/LAPIC
Contrato	Luis Felipe Freire Dantas Santos/Fernanda Libório Ribeiro Simões	Departamento Estadual de Infraestrutura Rodoviária de Sergipe - DER/SE	Universidade Federal de Sergipe/MAX
Contrato	Jenilton Ferreira	VALE	Universidade Federal de Sergipe/MAX
Contrato	Fernanda Libório Ribeiro Simões/ Luis Felipe Freire Dantas Santos	Governo de Sergipe	Universidade Federal de Sergipe/MAX
Contrato	Luis Felipe Freire Dantas Santos/Fernanda Libório Ribeiro Simões	ECOLURB	Universidade Federal de Sergipe/MAX
Contrato	Luis Felipe Freire Dantas Santos	Governo de Sergipe	Universidade Federal de Sergipe/MAX
Contrato	Fernanda Libório Ribeiro Simões/ Luis Felipe Freire Dantas Santos	-	Universidade Federal de Sergipe/MAX
Contrato	Sérgio Daher de Oliveira/João Mouzart de Oliveira Júnior	Companhia Industrial de Cimento Apodi Ltda	Universidade Federal de Sergipe/DARQ
Contrato	Ronaldo José Ferreira Alves Santos / Sara Batista Santana	Prefeitura de Laranjeiras	-
Contrato	Márcia Rodrigues Santos	Brennand Cimentos	Universidade Federal de Sergipe/LAPIC

<u>Empreendimento/Objetivo</u>	<u>Quantidade de sítios cadastrados</u>	<u>Sítios na ADA</u>	<u>Tipos de sítios</u>	<u>Educação Patrimonial(público alcançado)</u>
Usina hidrelétrica	1	1	Pré-colonial	Não consta
Ramal FAFEN	-	-	-	-
Ramal FAFEN	-	-	-	-
Ramal FAFEN	-	-	-	-
Projeto de Irrigação	-	-	-	-
Ponte	-	-	-	-
Projeto de Irrigação	-	-	-	-
Gasoduto	14	13	Pré-colonial e Histórico	Auxiliares de campo, Professores e Lideranças locais
Fazenda Mundo Novo	0	0	Não encontrado	Não consta
Restauro da panificação Barroso	0	0	Não encontrado	Não consta
Universidade Federal de Sergipe	0	0	Não encontrado	Não consta
Rede de água	-	-	-	-
Linha de Transmissão	-	-	-	-
Rede de água	0	0	Não encontrado	Não consta
Ramal FAFEN-SERGÁS	2	2	Histórico	Auxiliares de campo, Alunos, Professores e Comunidade local
Ramal FAFEN-SERGÁS	0	0	Não encontrado	Frente de trabalho, Profissionais da educação, Estudantes e Integrantes da comunidade
Rede de água	-	-	-	-
Instalação de sistema de tratamento de dejetos	0	0	Não encontrado	Alunos, Professores, Comunidade local
Gasoduto	27	26	Pré-colonial e Histórico	Auxiliares de campo, Alunos, Professores, gestores e lideranças locais
Aumentar o Conhecimento sobre as populações pré-históricas	32	Não Consta	Pré-colonial	Alunos, Professores
Esgotamento Sanitário	-	-	-	-
Sistema XINGÓ	30	30	Pré-colonial	Não consta
Ponte Jornalista Joel Silveira	-	-	-	-
Adutora	-	-	-	-
Ponte Jornalista Joel Silveira	0	0	Não encontrado	Não consta
Esgotamento Sanitário	-	-	-	-
Esgotamento Sanitário	-	-	-	-
Terminal Pesqueiro Público de Aracaju	-	-	-	-
Jazida	Não Consta	Não Consta	Não Consta	Alunos da Universidade Tiradentes
Adutora	0	0	Não encontrado	Alunos, Gestores e Professores
Esgotamento Sanitário	Não consta	Não Consta	Não Consta	Não consta
Conhecer a pré-história	-	-	-	-
Central Eólica	2	1	Pré-colonial	Funcionários do empreendimento, comunidade de pescadores, catadoras de mangaba, professores
Fazenda Mundo Novo	5	Não se aplica	Pré-colonial	Não consta
Estaleiro Porto das Redes	-	-	-	-
Barragem Poxim Açú	5	3	Pré-colonial e Histórico	Alunos
Central Eólica	3	3	Pré-colonial	Alunos, Comunidade local e Professores
Cabo Óptico	11	5	Pré-colonial e Histórico	Não consta
Estaleiro Porto das Redes	3	2	Pré-colonial e Histórico	Alunos, Comunidade local e Professores
Loteamento Alphaville	-	-	-	-
Linha de Transmissão	0	0	Não encontrado	Não consta
Polo de Gerenciamento de Resíduos Itacanema	2	2	Pré-colonial e Histórico	Não consta
Condomínio	2	2	Histórico	Alunos, Comunidade local e Professores
Estudo arqueológico da paisagem	-	-	-	-
Cabo Óptico	0	0	Não encontrado	Alunos, Professores, Comunidade local
Linha de Transmissão 230KV	0	0	Não encontrado	Comunidade local
Aumentar o Conhecimento sobre as populações pré-históricas	32	Não Consta	Pré-colonial	Alunos, Professores
Condomínio	0	0	Não encontrado	Moradores locais, professores, comunidade escolar
Condomínio	0	0	Não encontrado	Alunos, comunidades locais
Extração de minério	5	5	Pré-colonial e Histórico	Comunidade local, Auxiliares de Campo
Ramal da FAFEN	-	-	-	-
Esgotamento Sanitário	-	-	-	-
Ramal da FAFEN	2	2	Histórico	Profissionais de educação, estudantes e comunidade local, auxiliares de campo
Campo de produção de óleo e gás natural	0	0	Não encontrado	Comunidade local, Auxiliares de Campo
Rodovia SE-100	21	4	Pré-colonial e Histórico	Comunidade local, Alunos, Professores, Agentes e Gestores culturais
Extração de minério	5	5	Pré-colonial e Histórico	Alunos, Auxiliares de Campo e Professores
Ponte do Coelho e retificação das margens do rio Ganhamoroba	10	1	Histórico	Alunos, Professores, Comunidade local
Central de Tratamento de Resíduos de Lagarto	0	0	Não encontrado	Comunidade acadêmica, comunidade local
Instituto Médico Legal	5	0	Histórico	Moradores locais, membros do conselho de meio ambiente
Adutora e Barragem	-	-	-	-
Fábrica de Cimento Apodi	6	6	Pré-colonial e Histórico	Auxiliares de campo, proprietários das áreas diretamente envolvidas no projeto, lideranças locais, docentes da rede de ensino local
Rodovia	-	-	-	-
Fábrica da Companhia de Cimento CCS	5	5	Pré-colonial e Histórico	crianças, jovens, adultos, idosos e auxiliares de campo

<u>Educação Patrimonial (locais contemplados)</u>	<u>Educação Patrimonial (metodologia aplicada)</u>
Não consta	Não consta
-	-
-	-
-	-
-	-
-	-
Frente de obra e Escolas	Palestras e Cursos de sensibilização
Não consta	Não consta
Não consta	Não consta
Não consta	Não consta
-	-
-	-
Não consta	Não consta
Escolas municipais, Área de monitoramento, Secretaria da educação e cultura e Biblioteca	Palestras, Capacitação de professores, Panfletos, Apostilas
Frente de obra, Escolas, Biblioteca e Secretaria de educação	Informativos arqueológicos, Palestras, Capacitações, Panfletos
-	-
Escolas municipais	Questionários, palestras, exposição itinerante, cartilhas educativas
Escolas municipais, área de monitoramento e associações	Palestras, capacitação de professores, panfletos, apostilas
Escolas	Questionários, palestras
-	-
Não consta	Não consta
-	-
-	-
Não consta	Não consta
-	-
-	-
Universidade Tiradentes e Jazida	Palestras e visita técnica
Escola Municipal	Palestras e roda de conversa
Não consta	Não consta
-	-
Associação de Moradores, Escola Estadual e Restaurante Comunitário de Jatobá	Palestras, Folders informativos
Não consta	Não consta
-	-
Colégio Aplicação	Palestras
Associação de Moradores, Escola Estadual e Restaurante Comunitário de Jatobá	Palestras, exposição do material arqueológico e folders
Não consta	Não consta
Escolas Municipais	Palestras, Exposição itinerante e cartilhas
-	-
Não consta	Não consta
Não consta	Não consta
Escola Estadual	Palestras, roda de conversas e folders informativos
-	-
Escolas municipais	Palestras, roda de conversas e folders informativos
Comunidade local	Entrevistas com questionários
Escolas	Questionários, palestras
Escola Municipal	Palestras, roda de conversas e folders informativos
Escola Municipal	Palestras
Escolas municipais, área de prospecção	Palestras, exposição de cultura material, distribuição de material informativo
-	-
-	-
Secretarias, Escolas e Biblioteca	Palestras, capacitação de professores, panfletos, apostilas
Associação local	Aula expositiva
Associação de Pescadores e Moradores, Escolas municipais, Museu	Palestras, exposições itinerantes
Escolas municipais e Área de prospecção	Palestras, exposição de material, cartilhas, material lúdico, livro didático, material informativo, painéis, capacitação de professores, oficina de escavação simulada
Escolas públicas e locais sugeridos pela comunidade	Entrevistas com questionários, oficina para educadores e educandos, exposição de fotos e visitas guiadas
Universidade, Povoados	Palestras, diálogos
Conselho de Meio Ambiente	Diálogos
-	-
Propriedades envolvidas diretamente no projeto, Terreiro, Escolas Municipais	Apresentações, diálogos, exibição de filme
-	-
Associação de Pescadores e moradores, Escolas Municipais	Apresentação de slides, oficinas práticas, exposição de cultura material e fotografias de campo, atividades em grupos, cartilhas e exercícios individuais

<u>Educação Patrimonial (município)</u>	<u>Educação Patrimonial (localidades)</u>	<u>Divulgação científica/publicações</u>
Não consta	Não consta	Não consta
-	-	-
-	-	-
-	-	-
-	-	-
-	-	-
-	-	-
Carmópolis	Sede municipal	Não Consta
Não consta	Não consta	Não consta
Não consta	Não consta	Não Consta
Não consta	Não consta	Não Consta
-	-	-
-	-	-
Não consta	Não consta	Não consta
Divina Pastora, Riachuelo, Laranjeiras, Nossa Senhora do Socorro	Sede municipal e Povoados	Não Consta
Divina Pastora, Riachuelo, Laranjeiras, Nossa Senhora do Socorro	Sedes municipais	Não consta
-	-	-
Laranjeiras	Sede municipal	Não consta
Estância, Indiaroba, São Cristóvão, Nossa Senhora do Socorro, Maruim, Itaporanga d'Ajuda, Laranjeiras, Divina Pastora, Riachuelo, Carmópolis, Santa Luzia do Ithany, Rosário do Catete	Sede municipal e Povoados	Não Consta
Areia Branca, Frei Paulo, Pinhão e São Cristóvão	Sede municipal	09 trabalhos
-	-	-
Não consta	Não consta	Não consta
-	-	-
-	-	-
Não consta	Não consta	Não consta
-	-	-
-	-	-
Japaratuba	Sede municipal	Não Consta
Laranjeiras	Sede municipal	Não Consta
Não consta	Não consta	Não consta
-	-	-
Barra dos Coqueiros	Sede municipal e Povoado Jatobá	02 trabalhos
Não consta	Não consta	13 trabalhos
-	-	-
São Cristóvão	Sede municipal	Não Consta
Barra dos Coqueiros	Sede municipal e Povoado Jatobá	Não Consta
Não consta	Não consta	Não consta
Santo Amaro das Brotas	Sede municipal	Não Consta
-	-	-
Não consta	Não consta	Não consta
Não consta	Não consta	Não consta
Barra dos Coqueiros	Povoado Atalaia Nova	Não Consta
-	-	-
Aracaju, Nossa Senhor do Socorro, Laranjeiras, Areia Branca e Itabaiana	Sede municipal e Povoados	Não Consta
Nossa Senhora do Socorro	Sede municipal e Povoado Boa Viagem	Não Consta
Carira, Frei Paulo, Pedra Mole, Pinhão, Areia Branca, Campo de Brito, Itabaiana, Macambira, São Domingos, Simão Dias, Lagarto, Aracaju, São Cristovão e Itaporanga D'ajuda	Sede municipal e povoados	09 trabalhos
Barra dos Coqueiros	Povoado Touro	Não Consta
Barra dos Coqueiros	Povoado Jatobá	Não Consta
Capela, Japaratuba, Maruim, Rosário do Catete, Santo Amaro das Brotase Barra dos Coqueiros	Povoados	Não Consta
-	-	-
-	-	-
Nossa Senhora do Socorro	Sede municipal e povoados	Não Consta
Santo Amaro das Brotas e Nossa Senhora do Socorro	Sede municipal e povoados	Não Consta
Pirambu, Pacatuba e Brejo Grande	Sede municipal e Povoados	Não Consta
Capela, Rosário do Catete	Povoados	Não Consta
Maruim	Sede municipal	Não consta
Lagarto	Sede municipal	Não Consta
Nossa Senhora do Socorro	Povoado Tabocas	Não Consta
-	-	-
Santo Amaro das Brotas	Zona rural	Não Consta
-	-	-
Laranjeiras	Sede municipal e Povoado Mussuca	Não Consta

Referência

ÁVILA, Maria Gabriela Martin. Relatório final do sítio Jerimum, Recife. 2003.

-

-

-

-

-

-

VIVA, Luiz Augusto. Programa de monitoramento e resgate arqueológico gasoduto CATU - Carmópolis. 2008.

SANTOS, Jenilton Ferreira. Arqueoturismo e arte rupestre no semi-árido sergipano: uma análise sobre o viés da sustentabilidade, São Cristóvão - Sergipe. 2007.

MARTINELLI, Suely Gleyde Amâncio. Programa emergencial de resgate arqueológico na panificação Barroso, Laranjeiras-Sergipe. 2008

BEZERRA, Daniel de Castro. Relatório final técnico arqueológico de acompanhamento e resgate do patrimônio material e cultural do quarteirão dos Trapiches em Laranjeiras, Sergipe. 2009.

-

-

BEZERRA, Daniel de Castro. Relatório técnico arqueológico do projeto de preservação do patrimônio cultural e arqueológico do centro histórico de São Cristóvão - praça São Francisco, Sergipe. 2008.

VIVA, Luiz Augusto. Programa de resgate e monitoramento arqueológico ramal FAFEN - SERGAS, Porto seguro - Bahia. 2010.

VIVA, Luiz Augusto. Programa de resgate e monitoramento arqueológico - RAMAL FAFEN SERGAS. 2010.

-

RAMBELLI, Gilson(Coord.). Diagnóstico e levantamento arqueológico na área de complementação das obras de restauração da igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Homens Pardos, Laranjeiras. 2009.

NASCIMENTO, Luiz Augusto Viva do. Resgate arqueológico gasoduto CATU em Carmópolis - atividades complementares. 2009.

MELLO, Paulo Jobim Campos. Levantamento arqueológico na bacia do rio Vaza Barris - Sergipe. 2012.

-

FOGOLARI, Everson Paulo. Levantamento arqueológico prospectivo para o aproveitamento múltiplo dos recursos naturais na área de influência do sistema xingó. 2010.

-

-

SANTOS, Luis Felipe Freire Dantas. Programa de diagnóstico arqueológico subaquático nas áreas de influência da ponte Jornalista Joel Silveira, Aracaju. 2014.

-

-

SHAPAZIAN, Karin. Relatório final de prospecção arqueológica. Terminal pesqueiro público de Aracaju/SE.

BEZERRA, Daniel de Castro. Pesquisa arqueológica na área da jazida Riacho Preto em Japarutuba, Sergipe. 2010.

BEZERRA, Daniel de Castro. Relatório final do projeto de prospecção e resgate arqueológico da adutora do povoado Pedra Branca, Sergipe. 2013.

COSTA, Diogo Menezes., Mello, Paulo Jobim Campos. Relatório parcial do projeto de levantamento e monitoramento do patrimônio arqueológico da área afetada pela ampliação do sistema de esgoto, Aracaju. 2011.

-

GUIMARÃES, Márcia Barbosa. Projeto de prospecção arqueológica na central geradora eólica Barra dos Coqueiros, praia de Jatobá - Sergipe. 2011.

MARTINELLI, Suely Gleyde Amâncio. Análises dos grafismos rupestres da fazenda Mundo Novo, Aracaju. 2012

-

SIMÕES, Fernanda Libório Ribeiro. Programa emergencial de preservação do patrimônio arqueológico na área de inundação da barragem do rio Poxim Açú, São Cristóvão, Sergipe. 2013.

GUIMARÃES, Márcia Barbosa. Programa de resgate, monitoramento e educação do patrimônio arqueológico da central eólica da Barra dos Coqueiros - Sergipe. 2012.

GUIMARÃES, Márcia Barbosa. Diagnóstico e prospecção arqueológica da implantação de cabo óptico no trecho entre Aracaju e Itabaiana, Aracaju. 2012

RAMBELLI, Gilson. Projeto de levantamento arqueológico na área de empreendimento da obra de reativação do estaleiro Porto das Redes - Santo Amaro das Brotas - Sergipe. 2012.

-

MOI, Flávia Prado. Programa de monitoramento arqueológico para o corredor eletro-energético LT Jardim Penedo. 2012.

FERREIRA, Jenilton. Programa de diagnóstico e prospecção arqueológica do polo de gerenciamento de resíduos Itacanema, Nossa Senhora do Socorro. 2012.

FERREIRA, Jenilton. Programa de resgate, monitoramento e educação patrimonial dos sítios Alphaville I e II em Barra dos Coqueiros/SE. 2014.

-

GUIMARÃES, Márcia Barbosa. Programa de monitoramento arqueológico e educação patrimonial do projeto de implantação do cabo óptico no trecho entre Aracaju e Itabaiana - Sergipe. 2013.

ROSA, Alexandre Nunes da. Prospecção de diagnóstico e prospecção arqueológica da LT 230 KV/Jardim Nossa Senhora do Socorro e SE Nossa Senhora do Socorro 230/69 KV. 2013.

MELLO, Paulo Jobim Campos. Levantamento arqueológico na bacia do rio Vaza Barris - Sergipe. 2012.

FERREIRA, Jenilton. Programa de diagnóstico e prospecção arqueológica do condomínio Reserva Lagoa-Mar - Barra dos Coqueiros - Sergipe. 2014.

ALMEIDA, José Edimarques Reis. Projeto de levantamento arqueológico na área de intervenção da construção do condomínio na fazenda Mazombo - Barra dos Coqueiros - Sergipe. 2013.

FERREIRA, Jenilton. Relatório final de prospecção arqueológica do projeto camalita de Sergipe, nos municípios de Capela, Santo Amaro das Brotas e Barra dos Coqueiros. 2014.

-

-

ROSA, Alexandre Nunes da. Prospecção de diagnóstico e prospecção arqueológica do seccionamento LT 230 KV Socorro/Penedo e seccionamento LT 230 KV Socorro/FAFEN. 2014.

SALES, Felipe Silva. Relatório técnico arqueológico final de diagnóstico, prospecção arqueológica e educação patrimonial para o empreendimento campo de produção de óleo e gás natural Rabo Branco, Sergipe. 2014.

SANTOS, Luís Felipe Freire Dantas. Programa de prospecção arqueológica na área de implantação da rodovia SE-100, trecho: povoado Aguilhadas (Pirambu) SE-226 até povoado Atalho (Pacatuba) SE-204 - Sergipe. 2014.

FERREIRA, Jenilton. Programa de resgate arqueológico, educação patrimonial e diagnóstico arqueológico subaquático do projeto camalita de Segipe. 2015.

SIMÕES, Fernanda Libório Ribeiro., SANTOS, Luis Felipe Freire Dantas. Programa de diagnóstico e prospecção arqueológica das áreas de influência do empreendimento da ponte do Coelho e retificação das margens do rio Ganhamoroba, Aracaju. 2015.

SANTOS, Luís Felipe Freire Dantas. Relatório final do programa de diagnóstico interventivo na área de influência direta da central de tratamento de resíduos de Lagarto - Sergipe. 2015.

SANTOS, Luis Felipe Freire Dantas. Prgrama de diagnóstico arqueológico interventivo na área de implantação do novo instituto médico legal - IML/SE - Nossa Senhora do Socorro/Sergipe.2015.

-

OLIVEIRA, Sérgio Daher de. Programa de avaliação de impacto ao patrimonio arqueológico e bens culturais tombados na área de influência da fábrica de cimento Apodi. 2015.

-

SANTOS, Márcia Rodrigues. Diagnóstico, prospecção arqueológica e educação patrimonial na área da fábrica da companhia de cimento - CCS - no município de Laranjeiras-SE. 2016.

Observações

-
Não encontrado o relatório final

Analisado no relatório final pertencente a renovação da mesma portaria

-
Não encontrado o relatório final

-
Não encontrado no IPHAN

-
Não encontrado o relatório final

-
Não encontrado no IPHAN

-

-

-

-

-
Analisado no relatório final pertencente a renovação da mesma portaria

-
Não encontrado o relatório final

-

-

-

-
Não encontrado o relatório final

-

-

-

-
Analisado no relatório final pertencente a renovação da mesma portaria

-

-
Analisado no relatório final pertencente a renovação da mesma portaria

-
Analisado no relatório final pertencente a renovação da mesma portaria

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

Processo embargado e encontra-se em Brasília

-

Durante vistoria o IPHAN constatou que não estava ocorrendo monitoramento arqueológico e que grande p-arte da obra já teria sido concluída, descumprindo assim o TER. Entrou em acordo com a prefeitura de Laranjeiras e foi firmado um TAC.

-

-